



Índice

- 01** Os Tenharim, a ditadura e seus interesses na região, por Egydio Schwade
- 02** Rasga-se de uma vez a Constituição? "Áreas indígenas dependerão de consulta a nove ministros"
- 03** Quilombo do Campo Grande – A História de Minas que se Devolve ao Povo
- 04** União quer MS pagando terra indígena
- 05** Jogos indígenas devem atrair 1 mil competidores a Amambai
- 06** "A questão indígena virou caso de polícia", diz Marcos Terena
- 07** André diz estar confiante com resolução de conflito indígena em MS
- 08** Justiça levará conflito no AM a órgão internacional de direitos humanos
- 09** Uma boa notícia: antes do recesso, STF suspendeu reintegração de posse em mais uma fazenda de Yvy Katu
- 10** Lideranças indígenas dizem que pedágio vai voltar no Sul do AM
- 11** MA-280 interditada por índios Krikati
- 12** Museu do Índio continuará no entorno do Maracanã
- 13** Governo está confiante em solução definitiva para conflitos entre índios e produtores em MS
- 14** Humaitá declara guerra contra os índios



- 15** Índios bloqueiam a rodovia Ilhéus-Olivença
- 16** Governo Federal começa a despejar invasores de reserva indígena no Maranhão
- 17** Índios ocupam há dois meses sede da Funai em Manaus
- 18** BA – Lideranças do Quilombo Rio dos Macacos foram espancadas e presas pela Marinha em Aratu, Salvador
- 19** Território Awá Guajá. Finalmente a desintrusão, por Egon Heck
- 20** 2013: Um ano de 'caça' aos indígenas
- 21** Justiça e profecia a serviço da vida e dos povos indígenas
- 22** Funai ajudará índios com comida e remédios
- 23** Exército vai a aldeias no Sul do AM para avaliar situação após conflitos
- 24** Ministério da Justiça deve resolver questão indígena hoje
- 25** Simone participa de reunião para resolver conflito indígena em Brasília
- 26** Os quilombolas e o direito a justiça tributária (por Eleandra Koch)
- 27** A política do governo para os povos indígenas e quilombolas condicionada a um pacto com os ruralistas, por Roberto Antonio Liebgott
- 28** A esmagadora maioria dos beneficiários do Brasil Sem Miséria é de negros, comprova levantamento do governo federal
- 29** A tres passos da guerra civil
- 30** Ribeirinhos protestam em SE contra a degradação do Rio São Francisco
- 31** Justiça do Amapá divulga calendário de Jornadas Itinerantes



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

-
- 32** Defesa Civil aguarda madeira beneficiada para atender ribeirão
 - 33** “Encontrada caixa de remédio que estava com um dos três desaparecidos no Sul do AM”



Os Tenharim, a ditadura e seus interesses na região, por Egydio Schwade

SÍTIO CEDEFES, 05.01.2014

Diante das novas agressões que o povo Tenharim vem sofrendo no seu habitat ao Sul do Amazonas, trago a público trechos de documentos que guardo na Casa da Cultura do Urubuí, ou seja, cartas de agentes do CIMI de 1981, onde estes já denunciavam os interesses que comandam as agressões contra esse povo. Interesses não muito diferentes dos de hoje.

Veja este relato de 1981, de Exequias Heringer, vulgo Xará, e Ana Lange, ambos então agentes do CIMI atuantes naquela região do rio Madeira: "O grupo Paranapanema tem duas minerações de cassiterita na região: Igarapé Preto e São Francisco. Estivemos na primeira onde obtivemos informações com a equipe de engenheiros local. Lá a mineração se estabeleceu em cima da aldeia indígena (Tenharim), que teve de se transferir para uma área anexa. Não recebem qualquer tipo de assistência e se encontravam num triste quadro de catapora.

Outros Tenharim estão dentro da reserva a ser demarcada, mas estes declaram que não irão para dentro da reserva apesar dos insistentes convites da FUNAI. Em represália os funcionários da FUNAI transferem a responsabilidade de assistência para a mineração, que declara que os assiste, mas nada faz neste sentido. Hoje são apenas 22 índios. Daqui a dois anos acabará o minério e a Paranapanema implantará um projeto agro-pecuário, aproveitando a infraestrutura instalada. Enquanto isso os índios são aproveitados para serviços de limpeza, de carregamento, de caça. Nenhum dos engenheiros conhece a aldeia atual dos índios, e um deles chegou mesmo a declarar que trata-se de um grupo Karitiana, mostrando muito bem o que é o estilo Paranapanema em relação aos índios."

Relato de agosto do mesmo ano de 1981, assinado pelo Coordenador do CIMI Norte I, Ricardo Parente, confirma as informações acima:

"...dados que pudemos recolher durante a nossa viagem na rodovia Transamazônica, trecho de Humaitá até a mineração de estanho pertencente à famosa Paranapanema, empresa nacional que conta com forte apoio dos meios militares. Quando chegamos na mineração, localizada no Igarapé Preto, área usurpada dos Tenharim, o pessoal da firma nos disse que dias antes o supremo patrão da Paranapanema estivera no local com alguns generais especialmente convidados e amigos do maioral da empresa. O objetivo de tão inesperada visita era o seguinte: o chefe queria mostrar aos generais como funciona a mineração a fim de conseguir a aprovação militar para a exploração das ricas jazidas de estanho que estão em Ipitinga(Pitinga). A maior parte dessa jazida está em território dos Waimiri-Atroari. Informaram-nos que a empresa também está em contato com o Cel. Nobre da Veiga, presidente da Funai, a respeito do assunto. Sabe-se que em Ipitinga há uma das maiores concentrações de estanho que, segundo os cálculos dos engenheiros, durará cerca de 15 anos para ser esgotado. Eles pretendem construir uma pequena hidrelétrica própria para abastecer de energia o projeto e construir casas de alvenaria. Esses dados são muito preocupantes... se prenunciam muito desfavoráveis aos povos indígenas Waimiri-Atroari."

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

E o relatório de Xará e Ana Lange nos fornece ainda outros dados preocupantes sobre os interesses da Paranapanema:

"Atualmente tem as seguintes minerações: Novo Planeta, no norte de Mato Grosso; Bacajás, no Pará; Maçanã (Massangana?), em Rondônia, além das duas citadas. No ano que vem implantará mais duas, sendo uma a chamada Ipitinga, que estará em sua maior parte dentro do território Waimiri-Atroari. Os engenheiros de minas que trabalharão em Ipitinga estão sendo treinados no Igarapé Preto e eles conhecem as dificuldades que a Paranapanema está encontrando para invadir a área indígena.

Recentemente o dono da Paranapanema, Otávio Lacombe, recepcionou um grupo de generais no Igarapé Preto, para convencê-los dos bons serviços que Ipitinga poderá prestar ao Brasil. Os engenheiros estavam exultantes com a impressão que os generais tiveram."

E o relatório conclui: "A Paranapanema utiliza tecnologia importada dos EE.UU. e consultores americanos, canadenses e malasianos."

Como se pode ver é preciso que se faça uma investigação da ação nefasta da Ditadura Militar sobre mais esse povo indígena do Amazonas, com a construção da Rodovia Transamazônica e a instalação de seus projetos de interesse saqueador. Num momento em que mais um crime de morte foi cometido contra um líder indígena, o cacique Tenharim, e com mais ameaças em curso, se investigue e se punam os mandantes e as empresas que participaram e continuam participando desses crimes de ontem e de hoje.

A questão Tenharim é uma questão de lesa humanidade que deve merecer providências do Ministério Público Federal, da Comissão Nacional da Verdade e da Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA. É uma questão de justiça.

Casa da Cultura do Urubuí, 04 de janeiro de 14.
Egydio Schwade



Rasga-se de uma vez a Constituição? "Áreas indígenas dependerão de consulta a nove ministros"

SÍTIO CEDEFES, 05.01.2014

As mudanças que o governo quer fazer nas regras para demarcação de terras indígenas no país submetem a criação de novas áreas à avaliação de nove ministérios, reduzindo o controle que a Funai (Fundação Nacional do Índio) tem sobre o processo.

O assunto está em debate no governo desde o ano passado e agora parece estar perto de uma definição. Uma portaria com alterações no decreto que regulamenta a questão desde 1996 foi submetida pelo Ministério da Justiça a consultas e pode ser publicada nos próximos meses.

Se for mantida como está, a portaria obrigará a Funai a ouvir outros órgãos sempre que quiser demarcar ou ampliar terras para uso exclusivo de comunidades indígenas. Se não houver acordo entre eles, caberá ao Ministério da Justiça o papel de mediador.

No início de dezembro, o documento foi enviado para consulta de entidades indigenistas, órgãos do governo e associações de produtores rurais. O Ministério da Justiça promete oficinas para discutir as mudanças com índios, parlamentares e fazendeiros.

"O resultado da portaria veio do debate com vários órgãos que serão novamente ouvidos", disse à Folha o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. "Poderemos incorporar sugestões e, em seguida, publicaremos a portaria."

Existe mais de uma centena de áreas indígenas em estudo na Funai atualmente. Elas se transformaram no ano passado num foco de atrito político entre o governo, os defensores dos índios e o agronegócio, que vê na expansão das terras indígenas uma ameaça aos seus interesses.

O ministro afirma que os objetivos das mudanças são "reduzir a judicialização e agilizar a demarcação de terras indígenas", mas a portaria foi recebida com críticas em dois campos do debate.

PARALISIA

Para o ex-presidente da Funai Márcio Santilli, coordenador do ISA (Instituto Socioambiental) em Brasília, o texto "burocratiza e politiza" a formação dos grupos de trabalho encarregados de examinar as propostas de criação de áreas indígenas, o que deve "paralisar a identificação e delimitação das terras".

De acordo com a portaria, os integrantes desses grupos serão nomeados pela Funai e serão coordenados por antropólogos. Mas a presença de representantes de outros ministérios introduzirá no processo pessoas "que não têm como foco central identificar terras indígenas", diz Santilli.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

A portaria determina que sejam chamados os ministérios da Agricultura, das Cidades, do Desenvolvimento Agrário, do Meio Ambiente, de Minas e Energia, do Planejamento e dos Transportes, além da Secretaria-Geral da Presidência da República e da Secretaria de Direitos Humanos, que têm status de ministério, e de um procurador federal nomeado pela AGU (Advocacia Geral da União).

Integrantes da Frente Parlamentar da Agropecuária, que defende os interesses do agronegócio no Congresso Nacional, também têm ressalvas às mudanças propostas.

Para eles, a participação de outros ministérios no processo de demarcação de terras indígenas –uma demanda antiga dos ruralistas– seria muito limitada, por se restringir apenas ao fornecimento de dados e ao acompanhamento de trabalhos de campo, mantendo a responsabilidade das decisões com a Funai.

Além disso, a portaria autoriza a Funai a vetar representantes indicados pelos ministérios e permite que ela convoque um novo grupo de estudos nos casos em que nem a mediação do Ministério da Justiça for suficiente para alcançar o consenso.

Fonte: Por Marina Dias, na Folha/UOL



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Quilombo do Campo Grande – A História de Minas que se Devolve ao Povo

SÍTIO CEDEFES, 05.01.2013

Do Quilombo de Minas Gerais

A presente edição, aprofundada e ampliada, confirma em suas 1031 páginas praticamente tudo que se afirmou na primeira, indicando suas fontes privilegiadamente primárias em notas de rodapé, com o objetivo de propiciar a aferição e o aprofundamento no estudo, a ponto de justificar a mudança do subtítulo da primeira edição para “História de Minas que se Devolve ao Povo”.

O livro em papel está ESGOTADO! Porém, o autor mandou disponibilizar seu livro GRATUITAMENTE aqui no mgquilombo. Vai demorar um pouco, pois são 1034 paginas, com 2748 notas de rodapé.

Clique [aqui](http://www.mgquilombo.com.br/download/quilombodocampogrande.pdf) (http://www.mgquilombo.com.br/download/quilombodocampogrande.pdf) e confira, baixe ou imprima.

Fonte: Do Quilombo de Minas Gerais



União quer MS pagando terra indígena

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 06.01.2014

Conflito - A governadora em exercício, Simone Tebet, considera que o maior problema hoje na busca da solução pacífica para o conflito por terras indígenas em Mato Grosso do Sul é financeiro. Segundo ela, há até a proposta do governo federal de transferir para o Estado a obrigação de indenizar os fazendeiros de Sidrolândia.

Solução inviável - Para Simone, é "inviável" a proposta de o Estado promover a indenização. "O Estado não tem R\$ 120 milhões disponíveis, ainda que se queira compensar em obras", garantiu ela ao Campo Grande News. "Orçamento deste ano já foi votado no ano passado e as verbas estão carimbadas para educação, saúde, seja para executar obras do MS Forte", emendou.

Radicalismo superado - A boa notícia, segundo Simone Tebet, é que há um clima de paz. "Eu percebo boa vontade por todos os lados. Pela primeira vez não há radicalismo de nenhuma das partes envolvidas. Fazendeiros aceitam indenização. As comunidades indígenas estão tendo paciência de dialogar", avaliou a governadora em exercício.

Obrigação da União - Para a governadora em exercício, Simone Tebet, é preciso que o governo federal entenda e aceite, na reunião de terça-feira (7), que tem a obrigação de indenizar as terras conflituosas em Mato Grosso do Sul. "O problema é federal. Terras consideradas indígenas são da União. Se tem área privada sendo reivindicada, cabe à união indenizar", defendeu.

Advogados a postos - O pai do jovem suspeito de espancar a namorada em Campo Grande prefere não acreditar no pior. Ele diz que espera o resultado dos laudos periciais para confirmar o que aconteceu com a nora e avisa que está com os advogados a postos para processar quem falar demais antes dos exames.

Temeroso - Já o pai da jovem supostamente espancada pelo namorado está temeroso em soltar o verbo. Para ele, ninguém fica com quatro fraturas no rosto depois de cair da própria altura. "Tudo indica que foi agressão e se for quero ver esse rapaz preso", diz.

Temeroso II - Um dos usuários que postou a denúncia de que a jovem havia sido espancada também está temeroso. Ele decidiu deletar a publicação do Facebook depois que diversos veículos da imprensa passaram a procurá-lo para entrevistas.

Queimando aparelhos - A chuva forte na noite de sábado (4) causou estragos em vários bairros em Campo Grande. Na vila Célia, na Rua Alagoas, um morador reclama que o receptor da parabólica queimou depois que um raio caiu na região. O leitor disse que já acionou a empresa e agora aguarda uma solução que ficou para a próxima sexta-feira (10).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Sortudo – Apesar de um acampamento na estrada da Gameleira, em Campo Grande, ter ganhado energia elétrica, o superintendente estadual do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Celso Cestari, disse que não haverá instalação de energia em outros locais, pois não quer incentivar os acampamentos de sem-terra no Estado.

(Colaboraram Viviane Oliveira e Bruno Chaves)



Jogos indígenas devem atrair 1 mil competidores a Amambai

SÍTIO NOTICIDADE, 06.01.2014

A cidade de Amambai, no sul do estado, recebe a partir do dia 10 de janeiro a 11ª edição dos Jogos Indígenas, com expectativa de mil atletas da etnia guarani-kaiowá de diversas aldeias da região.

Serão disputadas as seguintes modalidades: futsal masculino adulto, feminino e masculino infantil, queimada, basquete masculino, vôlei misto, arco e flecha, salto em distância, arremesso de lança e corridas de 100, 200 e 400 metros, além de revezamento de 4x100 metros e uma prova de resistência de 5 quilômetros.

A competição é promovida pela Associação Comunitária de Jovens Indígenas Guarani-Kaiowá, com apoio da Prefeitura de Amambai e da Funai (Fundação Nacional do Índio).

De acordo com a organização do evento, além da programação esportiva serão escolhidos a Miss e o Mister Indígena 2014.

Já estão confirmados participantes das seguintes cidades: Dourados, Douradina, Laguna Carapã, Caarapó, Tacuru, Paranhos, Coronel Sapucaia e Antônio João.

Globo Esporte

"A questão indígena virou caso de polícia", diz Marcos Terena

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 06.01.2014

Ao Correio, o líder indígena Marcos Terena faz duras críticas ao governo: "O governo não sabe o que está acontecendo, só toma conhecimento depois que explode o conflito"



"Nenhum povo é igual a outro. O atual governo não vê isso, só enxerga a capacidade hidrelétrica dos rios, a quantidade de ouro que pode tirar. Não vê o ser humano"

O Planalto prepara mudanças nas regras para a demarcação de terras indígenas; no Congresso Nacional, os ruralistas querem retirar do Executivo essa prerrogativa. Enquanto isso, os conflitos se intensificam, o mais recente em Humaitá (AM), a 675km de Manaus, onde fica a reserva tenharim. Um índio foi morto, três moradores estão desaparecidos e a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi incendiada. Tudo por causa de um pedágio cobrado pelos índios na rodovia que corta a reserva.

Ao Correio, o líder indígena Marcos Terena faz duras críticas ao governo: "O governo não sabe o que está acontecendo, só toma conhecimento depois que explode o conflito". Segundo ele, a Funai está acéfala, virou obsoleta e não há interlocutores preparados para lidar com conflitos. "Em Humaitá, quem é o negociador? O ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo) mandou a polícia. A questão indígena virou caso de polícia! É a política que o Chile adotou contra os índios mapuche. O governo brasileiro está usando a mesma metodologia."

Terena concedeu a entrevista por telefone, da aldeia Terena de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul, onde nasceu há quase 60 anos. Entrou na Funai como piloto. Foi fundador da União das Nações Indígenas. Na Eco-92, organizou a Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento. É o idealizador dos Jogos dos Povos Indígenas e do Festival das Tradições Indígenas.

O que está havendo com os índios?

A gente precisa analisar a questão por três ângulos: um é o do colonizador clássico, que é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

conservador e continua retrógrado em relação ao índio do novo milênio; outro, é a visão assistencialista e paternalista do governo brasileiro, que também é conservadora; o terceiro, é a dinâmica natural e progressiva dos povos indígenas, que é quase invisível. Diante das circunstâncias do ser humano, o índio tem transformado as invasões culturais e econômicas — como hidrovias, hidrelétricas, novas cidades e etc. —, que representariam uma catástrofe étnica, em nova perspectiva de luta e sobrevivência. Esse processo está sendo digerido pelos líderes tradicionais, que chamamos de autoridades, e que o sistema colonizador transformou na figura caricata de caciques. São pessoas que muitas vezes nem falam português, vivem na selva, preservam a cultura e estão muito atentas a esse processo.

André diz estar confiante com resolução de conflito indígena em MS

SÍTIO REGIÃO NEWS, 06.01.2014

André se reuniu na última sexta-feira (3) com Simone para avaliar todas as questões que serão discutidas em Brasília.



André diz estar confiante com resolução de conflito indígena em MS

O governador André Puccinelli (PMDB) afirmou antes de transferir administração para Simone Tebet (PMDB) que estava "confiante" com a resolução dos conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul, já que agora só depende da liberação dos recursos do governo federal.

"O Estado fez a sua parte. Criou mecanismos, contribuiu para o entendimento e participará ativamente com este espírito da reunião que acontece na terça-feira com o Ministério da Justiça em Brasília", afirmou ele.

Amanhã (7) acontece a reunião no Ministério da Justiça, onde terá a participação da governadora em exercício, Simone Tebet, a equipe técnica do governo estadual, além dos representantes dos povos indígenas e produtores rurais.

André se reuniu na última sexta-feira (3) com Simone para avaliar todas as questões que serão discutidas em Brasília. Entre elas a criação do Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas), que teve todas as mudanças realizadas para atender as exigências da União.

Ações – Após os conflitos por todo Estado que incidiram na vinda do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a Campo Grande, foi criada uma mesa deliberativa para se conduzir as negociações com ambas as partes.

Os prazos pedidos pela União terminaram em dezembro, portanto, a reunião de amanhã em Brasília terá a exigência do governo estadual para que seja encaminhada a solução para os impasses. Está sendo esperada a apresentação do cronograma de ações, assim como o recurso disponível para a aquisição das terras na fazenda Buriti, em Sidrolândia.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Justiça levará conflito no AM a órgão internacional de direitos humanos

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.01.2014

Márcio Azevedo, O Terra

A Justiça Federal no Amazonas vai enviar à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) uma cópia do processo sobre os conflitos que ocorrem no município de Humaitá, a 600 quilômetros de Manaus. A informação está numa nota emitida pelo Ministério Público Federal (MPF).

O conflito na terra indígena Tenharim Marmelos será relatado à CIDH para que o órgão internacional tome ciência dos fatos envolvendo possíveis violações aos direitos humanos. A comissão deve analisar se a postura do Estado brasileiro no caso descumpra obrigações assumidas em tratados e compromissos internacionais junto às organizações das Nações Unidas (ONU) e dos Estados Americanos (OEA), dos quais o Brasil é signatário.

Uma boa notícia: antes do recesso, STF suspendeu reintegração de posse em mais uma fazenda de Yvy Katu

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.01.2014



Nas vésperas do recesso de fim de ano, o Supremo Tribunal Federal suspendeu a reintegração de posse da chamada Fazenda Remanso, uma das 14 que estão localizadas na Terra Indígena Yvy Katu. O STF baseou-se na Súmula 479 e anulou a medida anteriormente concedida pelo TRF -3.

Trecho final da decisão, de 26 de dezembro de 2013:

"[...] A essa convicção indicativa da ausência de fumus boni iuris em prol do autor da reintegração soma-se a impressão nítida de que o cumprimento da ordem acarretará o aprofundamento da situação de conflito, com consequências irreversíveis à ordem e à segurança. Ante o exposto, defiro o pedido formulado pela FUNAI e determino a suspensão da decisão proferida pelo TRF-3 no agravo de instrumento 0028958-20.2013.4.03.0000/MS. Comunique-se, com urgência, inclusive via fax. Publique-se".

Lideranças indígenas dizem que pedágio vai voltar no Sul do AM

SÍTIO LAGARTENSE.COM.BR, 07.01.2014

Tenharim se pronunciaram durante visita de comitiva do Exército e MP. Reserva dos Tenharim é cortada pela rodovia Transamazônica.



As lideranças indígenas Tenharim disseram nesta segunda-feira (6) que o pedágio mantido desde 2006 na reserva indígena, localizada no Sul do Amazonas, voltará a ser cobrado. Eles alegam que a taxa de passagem pela Transamazônica (BR-230), que corta a reserva, é "uma compensação por uso de terra indígena" e uma das únicas formas de sustento da aldeia Marmelo. A cobrança aos motoristas que trafegam pela rodovia foi suspensa após protestos no último dia 27 de dezembro, quando populares atearam fogo em instalações dos Tenharim.

Os Tenharim se pronunciaram durante uma visita da comitiva do comandante geral do Exército da Amazônia, o general Villas Bôas, procurador do Ministério Público do Amazonas, José Roque, e outros comandos do Exército. Também estiveram presentes na reunião as lideranças dos Jiahui e Matuí.

O cacique Aurélio Tenharim diz que a cobrança não compensará a morte de quase toda a sua etnia durante a construção da Transamazônica, que reduziu de 30 mil índios para os atuais 800 que vivem na aldeia, mas que é uma forma de sustento. "O governo não leva a sério as nossas necessidades. Enquanto não houver diálogo, não tem opção, o pedágio continua", ressalta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

O entreposto do pedágio tem data para ser reconstruído. A partir do dia 10 de janeiro a cancela que impede a passagem começará a ser produzida e a cobrança a retorna a partir do dia 1 de fevereiro, segundo as lideranças.

O líder Zelito Tenharim ainda ressalta que as leis indigenistas e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) não favorecem a autonomia indígena. "O índio não pode plantar, não pode vender, não pode produzir o artesanato. Todo projeto sustentável que tentamos implantar na aldeia é barrado. Em contrapartida o governo também não oferece projetos viáveis. O corpo indigenista está ultrapassado. Fica difícil", relata.

Outros projetos

O general Villas Bôas tentou explicar que este não é o melhor momento para a cobrança recomeçar. "Neste momento a principal preocupação é pacificar a região. Pensando nisso, a reconstrução do pedágio agravaria ainda mais a situação, visto que os moradores do entorno não aceitam a situação. Sabemos que a cobrança é importante para a aldeia, mas temos que pensar em projetos para dar sustentação a longo prazo", ressaltou.

Durante a visita da comitiva na aldeia, em nenhum momento foi citada a situação que deu início a tensão que se instalou no sul do Amazonas.

O desaparecimento de três homens que viajavam pela BR-230 e foram vistos pela última vez próximo ao pedágio dos Tenharim. A população local, de Humaitá e Santo Antônio do Matupi acusa os índios pelo desaparecimento.



MA-280 interditada por índios Krikati

SÍTIO O PROGRESSO, 07.01.2014

A rodovia MA-280, no trecho de Montes Alto a Sítio Novo, até o fechamento desta edição de O PROGRESSO, continuava interditada por índios da etnia Krikati, da Aldeia São José.

A MA-280, que faz a ligação entre os municípios de Montes Altos e Sítio Novo, em uma extensão de 45 km, foi interditada com troncos de árvores e pedras, fato ocorrido desde as 11 horas do último domingo (5).

Segundo informações de pessoas que passavam pelo local, o grupo reivindica melhorias na área da saúde indígena e recuperação da rodovia MA-280.

Nessa segunda-feira (6), no início da noite, policiais militares do Grupamento de Operações Especiais (GOE), sob o comando do Coronel Francisco Melo, comandante do Comando de Policiamento do Interior (CPI), foram para o local.

Essa não é a primeira vez que índios Krikati interditam a MA-280. No ano passado, aquela importante rodovia foi interditada por pelo menos três vezes. E tudo pelo mesmo motivo de agora.



Museu do Índio continuará no entorno do Maracanã
SÍTIO GENTE DE OPINIÃO 07.01.2014

Governo fluminense anuncia modificações no contrato de concessão do Maracanã

Douglas Corrêa
Agência Brasil

Rio de Janeiro - O governo fluminense e a Concessionária Maracanã anunciaram ontem (6) o primeiro aditivo ao contrato de concessão do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã. No documento, o governo confirma que não vai mais demolir o Estádio de Atletismo Célio de Barros e o Parque Aquático Júlio de Lamare, que serão reformados pela concessionária. As modificações não alteram o objeto principal do contrato, como também não mudou o valor da contraprestação da concessionária pela exploração do Maracanã.

No novo acordo, a concessionária fica obrigada a reformar o Estádio Júlio de Lamare de forma a torná-lo apto a sediar competições de polo aquático nas Olimpíadas de 2016, conforme as especificações exigidas pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

A Escola Municipal Friedenreich, que funciona há quase 50 anos no espaço do entorno do Maracanã e que atende a crianças com necessidades especiais, será mantida no mesmo lugar. O mesmo ocorrerá com o prédio do antigo Museu do Índio, que será transformado em um centro de referência da cultura indígena.

No contrato, ficou mantida a previsão de demolição dos prédios onde funcionam instalações do Ministério da Agricultura, no entorno do estádio, e a construção de vagas de estacionamento sobre a linha férrea ou, alternativamente, em área próxima ao Maracanã.

O Consórcio Maracanã foi vencedor da licitação para exploração do Complexo do Maracanã e terá direito de administrá-lo pelos próximos 35 anos.



Governo está confiante em solução definitiva para conflitos entre índios e produtores em MS

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 07.01.2014

O governador André Puccinelli está confiante no encaminhamento de uma solução definitiva para as questões fundiárias em Mato Grosso do Sul envolvendo indígenas e produtores rurais.

“A solução depende agora da liberação de recursos do governo federal. O Estado fez a sua parte. Criou mecanismos, contribuiu para o entendimento e participará ativamente com este espírito da reunião que acontece na terça-feira com o Ministério da Justiça em Brasília”, disse o governador André Puccinelli antes de transferir o cargo à vice-governadora Simone Tebet, agora governadora em exercício.

O governo do Estado participa nesta terça-feira (7), às 10 horas, de uma reunião no Ministério da Justiça. A governadora, Simone Tebet, irá a Brasília para participar do encontro, acompanhada de uma equipe técnica do governo do Estado que está envolvida nos estudos para resolução dos conflitos. Devem seguir ainda para a Capital federal representantes dos indígenas e de produtores rurais.

Na última sexta-feira, 3 de dezembro, o governador André Puccinelli se reuniu com Simone Tebet e técnicos do Estado para avaliar os vários aspectos a serem tratados na reunião de Brasília. No contexto foram analisados a criação do Fundo Estadual de Terras Indígenas (Fepati) e a posterior reestruturação da lei 4.164, de 7 de fevereiro de 2012, que passou por modificações para propiciar que o governo federal pudesse executar, de conformidade com seus interesses, as medidas que devem ser tomadas.

As outras alternativas apresentadas como possíveis soluções dos conflitos como a utilização de terras do narcotráfico, terras devolutas entre outras também foram lembradas na reunião de toda equipe do governo do Estado.

O governo ressalta que ao final dos estudos técnicos do governo estadual e do governo federal, prevalece a proposta da criação do Fundo Estadual de Terras Indígenas para receber os recursos destinados à indenização de produtores foi entendida como a opção mais viável. Entendimento

A mediação do conflito das terras indígenas em Mato Grosso do Sul começou a receber atenção especial ainda no primeiro semestre de 2013 quando foi criada uma Mesa Deliberativa, coordenada pela secretária-executiva do Ministério da Justiça, Márcia Pelegrini, e pelo governador André Puccinelli para conduzir as negociações para resolução de conflitos entre produtores rurais e indígenas. Nesta mesa foram criadas três comissões para estudar a problemática dos conflitos e propor soluções ao governo federal e estadual para resolução de impasses.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

O prazo final requerido pelo Ministério da Justiça, após diversas negociações, apresentação de alternativas e prorrogação de datas, terminou em dezembro de 2013. Nesta reunião que acontecerá em Brasília amanhã, o governo do Estado espera que seja anunciada uma conclusão dos estudos técnicos e seja encaminhada a solução para o impasse.

“Não podemos desconhecer as tensões que envolvem estes conflitos e que já foram objetos de vários alertas feitos por nós as autoridades federais”, ressaltou Puccinelli na reunião com os técnicos na sexta-feira, demonstrando confiança num encaminhamento positivo.



Humaitá declara guerra contra os índios

SÍTIO JC NET, 07.01.2014

Acompanho o desenrolar dos acontecimentos na Amazônia entre os indígenas e moradores de Humaitá e me preocupa como as coisas estão se processando. Em primeiro lugar, é público e notório que em nossa história houve um genocídio com os povos que eram os moradores originais dessas terras, um contexto histórico que não ocorreu apenas no Brasil, mas em muitos lugares da América, África e Ásia.

Por outro lado, da mesma maneira que os povoamentos devem ser protegidos, os crimes cometidos por eles e contra eles devem ser punidos de acordo com nossas leis, colocando brancos e indígenas em igualdade de condições. Não consta nos livros de história que Cabral quando realizou a primeira missa no Brasil tenha pago pedágio para o morubixaba de plantão da época.

Uma coisa são tribos que ainda vivem nos confins da Amazônia sem nenhum contato com o homem branco e merecem tratamento diferenciado, outra são aqueles que já se aculturaram e praticam muitos dos nossos costumes (geralmente os mais perniciosos). Que fique para a reflexão das autoridades constituídas.

Julio Fernandes



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Índios bloqueiam a rodovia Ilhéus-Olivença

SÍTIO BLOG DO GUSMÃO, 07.01.2014

Na manhã desta terça-feira (07), índios da etnia Tupinambá bloquearam a BA-001 (rodovia Ilhéus-Olivença), na altura do Hotel Jubiabá. A estrada continua fechada.

Eles reivindicam a demarcação das terras indígenas e a presença dos três procuradores do Ministério Público Federal que moveram uma ação contra o Ministro da Justiça, pois há uma ordem (ignorada por esse ministério) determinando uma tomada de decisão definitiva sobre o relatório da Funai.

Os manifestantes também querem uma audiência com a Funai e a posse do coordenador técnico desse órgão na região. Outra cobrança dos indígenas é a suspensão das 22 liminares que determinam a reintegração de áreas retomadas.



Governo Federal começa a despejar invasores de reserva indígena no Maranhão
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 07.01.2014

A medida é o cumprimento de uma decisão judicial que ordena a saída de não-índios do local. Há cerca de 300 construções irregulares no território e 34% da reserva já foi desmatada

O governo federal começou nessa segunda-feira (6/1) o processo de despejo de invasores da reserva indígena Awá-Guaja, no norte do Maranhão. A medida é o cumprimento de uma decisão judicial que ordena a saída de não-índios do local. Há cerca de 300 construções irregulares no território e 34% da reserva já foi desmatada.

Equipes do Exército, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal notificaram os moradores, que têm 40 dias para sair. O Exército também esteve ontem com lideranças indígenas no Sul do Amazonas em busca de uma solução para o conflito entre indígenas e a população de Humaitá, a 600km de Manaus.

Os moradores culpam os índios pelo desaparecimento de três pessoas na rodovia Transamazônica (BR-230), no fim do ano passado.

Índios ocupam há dois meses sede da Funai em Manaus

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Lideranças partiram de aldeias para ocupar prédio da Funai em Manaus (Foto: Alberto César Araújo)

Amazônia Real – O cacique da etnia mura, Nei de Souza Pacheco, 41, tem o olhar atento, vendo quem entra e sai pela única porta aberta da sede da Coordenação Regional da Funai (Fundação Nacional do Índio) em Manaus (AM), que está ocupada por ao menos 300 índios, que se revezam, desde o dia 4 de novembro de 2013. Seis veículos estão retidos e as salas trancadas. A preocupação do cacique é com a possível chegada de agentes da Polícia Federal para cumprir um segundo mandado de reintegração de posse à pedido da fundação.

Os índios mura, munduruku, miranha, kokama e apurinã, entre outras etnias, reivindicam a exoneração do chefe da coordenação, Eduardo Dezidério Chaves. Segundo eles, Chaves discrimina os índios que moram na área urbana de Manaus.

No entanto, eles já ganharam a primeira batalha numa decisão inédita da Justiça Federal do Amazonas na qual é referendada às lideranças indígenas o conceito de cidadania plena e diferenciada por uma causa social. O pedido de reintegração de posse da Funai foi negado no dia 26 de novembro pela juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe. Ela classificou a ocupação dos índios de pacífica.

“Não é o caso de expedição de mandado de reintegração porque não há invasão no local, muito menos perda da posse do bem. O que efetivamente existe é um complexo quadro de descumprimento, pela Coordenação da Funai em Manaus, das atribuições que o próprio órgão definiu para si, diante da Constituição Federal”, afirma a juíza na decisão.

CONT.



Sem violência

Em sua decisão, a juíza Jaiza Fraxe, que é a titular da 1ª. Vara Federal, afirma que participou de inspeção judicial realizada na sede da Funai de Manaus, com a participação de procuradores do Ministério Público Federal no Amazonas, na qual comprovou que os índios não perturbaram os funcionários ou apoderaram-se de bens com violência.

"A questão transcende a acusação de esbulho ou a tentativa de troca de coordenador. Para além do que se pretende resumir o conflito, o que realmente está acontecendo é que a partir de agora as lideranças indígenas demonstram aos poucos passar a entender e assimilar o conceito de cidadania plena e diferenciada", afirma a magistrada.

Ainda na decisão, a juíza Jaiza Fraxe determinou que a Funai buscasse o diálogo e a construção de espaços e experiências de convivência multicultural com os povos indígenas e a sociedade, capazes de garantir harmonia, paz e tranquilidade sociopolítica a todos. "Isso representaria um avanço na concretização da cidadania plena e diferenciada dos povos indígenas ao ser permitido o diálogo e a construção de soluções em conjunto com eles", afirmou a juíza.

Abrigo ameaçado

Com o prédio ocupado, a Funai abrigou seus funcionários (não informou o número) na sede da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), que fica também na zona centro-sul da cidade. O cacique Nei Pacheco afirmou em entrevista na sexta-feira (03) que as lideranças prometem invadir também o prédio da Anac. Também disse que eles irão enviar para Brasília um documento com 15 mil assinaturas reafirmando o pedido de exoneração de Chaves.

As lideranças já escolherem um nome para substituir o coordenador Eduardo Dezidério Chaves. É o índio da etnia apurinã, Rosemberg Souza

População urbana

No Amazonas, existem declarados 168.680 índios (Censo IBGE 2010), sendo 34.302 morando na zona urbana de Manaus. A Coordenação Regional da Funai em Manaus, atende 60% do índios do Estado.

"O Eduardo Dezidério não recebe a gente direito, deixa a gente sentado, sai e deixa a gente esperando. É uma discriminação que nos desgastou. Isso já faz um ano e três. Um índio quando começa a desconfiar do trabalho do outro, buscamos uma solução", afirmou o cacique Nei Pacheco em entrevista na sexta-feira (03).

O cacique Nei é natural de uma aldeia mura do município de Autazes (a 118 quilômetros de Manaus), mas mora há três anos numa casa alugada na periferia de Manaus. Ele disse que o coordenador Eduardo Dezidério Chaves não desenvolve ações de demarcações das terras.

Nas aldeias dos municípios, faltam cestas básicas, remédios e projetos de agricultura. "É

CONT.



crianças doente de malária, de dengue, e não tem remédio. Estamos vivendo na calamidade. Quando chegamos aqui na Funai, não temos o apoio”, afirmou o cacique.

Vaquinha

A sede da Funai em Manaus fica no bairro de Nossa Senhora das Graças, uma área nobre da zona centro-sul de Manaus. Quem passa pela frente do prédio, vê as redes dos índios atadas nas pilastras da garagem, cartazes pendurados na varanda com frases de protestos e lideranças com cocares e lanças nas mãos. Durante a ocupação, segundo o cacique Nei Pacheco, seis crianças contraíram dengue, mas passam bem.

Para comer, os índios que ocupam o prédio fazem vaquinha entre si ou recebem alimentos das aldeias. “Não recebemos apoio de igrejas, nem de ONG’s (organizações não governamentais) e de ninguém de Manaus. Os parentes quando vêm das aldeias trazem alguma comida. Os parentes que trabalham aqui fazem a vaquinha para não passarmos necessidade”, disse o cacique Nei Pacheco.

O portal Amazônia Real procurou o coordenador da Funai em Manaus, Eduardo Dezidério Chaves, para falar sobre as acusações. Ele disse que estava no período de descanso semanal e não poderia conceder entrevistas.

A assessoria de imprensa da Funai, em Brasília, enviou nota informando que ajuizou nova ação de reintegração de posse do prédio da Coordenação Regional de Manaus junto à Justiça Federal e aguarda decisão sobre a desocupação da sede. Disse que os trabalhos em Manaus encontram-se parcialmente parados.

A Funai confirmou que os índios ameaçam invadir a sede da Anac. “A CR de Manaus encontra-se funcionando parcialmente junto ao prédio da Anac, que também ameaça ser ocupado pelos indígenas”, disse a fundação.

O índio apurinã Rosemberg Souza, 33, falou sobre sua indicação ao cargo de coordenador da CR de Manaus. Ele disse que foi escolhido pelos índios por que tem formação universitária em Direito. “Eles fizeram o convite pra mim. Eu aceitei diante da situação, mas a Funai não deu resposta”, afirmou.

Yanomami

Diferente de Manaus, um outro protesto contra gestor público de assistência indígena em Boa Vista (RR) terminou num curto período de tempo. Numa negociação com lideranças de índios yanomami, representantes do Ministério da Saúde substituíram a coordenadora do Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami (Dsei-Y), Joana Claudete Schuertz, pela Especialista em saúde pública, Maria de Jesus do Nascimento na sexta-feira (03).

Mas, a reivindicação ainda não foi cumprida integralmente, já que os yanomami querem como
CONT.



substituto de Schuertz o indigenista João Catalano, atual coordenador da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomâmi e Ye'kuana da Funai de Roraima.

Na segunda-feira (30 de dezembro), os índios yanomami invadiram o prédio do Dsei-Y, em Boa Vista. Eles expulsaram Joana Claudete Schuertz do local de trabalho. O líder da etnia, Davi Kopenawa afirmou que o ato foi motivado pela má gestão da coordenadora na administração da saúde indígena. Crianças morreram por falta de medicação nas aldeias. "Pedíamos que Claudete nos ajudasse, mas ela não nos escutava", afirmou à imprensa local.

Joana Claudete Schuetz ocupava o cargo de coordenador do Dsei-Y desde de junho de 2011. Naquele mês, os yanomami realizaram uma manifestação contra a mudança dela na chefia do distrito. Como protesto, eles retiveram na aldeia Watoriki, na região do Demini (município de Barcelos, no Amazonas, divisa com Roraima), uma aeronave e o piloto Tarso de Souza Cruz.

Davi Kopenawa negou envolvimento no caso, mas disse que a decisão partiu dos índios da aldeia. Depois de oito dias na aldeia Watorik, o piloto Souza Cruz conseguiu fugir pilotando o avião.

A população de índios yanomami no Brasil é de 25, mil pessoas. A etnia ocupa uma parte do território do Estado do Amazonas (norte), mas a maioria está em Roraima. Há também uma população de índios yanomami na Venezuela.

BA – Lideranças do Quilombo Rio dos Macacos foram espancadas e presas pela Marinha em Aratu, Salvador

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Na foto, Dilma Rousseff prometia mais uma vez a Rose Meire e a representantes da comunidade resolver a situação do Quilombo. Atrás, da irmã, Ednei.

Tania Pacheco* – Combate Racismo Ambiental

Nesse terceiro fim de ano que a presidente da república passou em Salvador, a comunidade Quilombo Rio dos Macacos foi duramente reprimida, após dias de um clima bastante tenso. Segundo suas lideranças, a Marinha se armou como se estivesse numa guerra, com mais de 50 fuzileiros com coletes e armas em punho. E ontem, 6 de janeiro, um sargento da Base Naval de Aratu abusou da autoridade de forma inequívoca.

Principais lideranças do Quilombo, os irmãos Rosi Meire Messias dos Santos e Ednei Messias dos Santos, foram espancados e presos no início na tarde, quando passavam pela guarita. Rosimeire foi arrastada pelos cabelos, chutada e esmurrada. Ednei foi igualmente agredido. Ambos foram libertados somente à noite, a partir da atuação dos advogados da AATR; do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP); do deputado federal Luis Alberto; do Secretário de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi), Elias Sampaio; e dos protestos e resistência da própria comunidade.

O deputado Luis Alberto e o Secretário Elias, que estiveram com o comandante da Base, disseram que viram filmagens da própria Marinha que comprovam a agressão violenta aos comunitários, quando estão entrando na área ocupada pela Base, em direção ao Quilombo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Tudo isso deixa mais que óbvio que, além da titulação, precisamos exigir de imediato uma entrada alternativa para a comunidade, de forma a impedir a continuação desses constrangimentos, arbitrariedades e violência.

*Com informações de Maria José Pacheco, do Conselho Pastoral dos Pescadores.

À noite, a Marinha distribuiu a Nota Oficial que pode ser lida abaixo:

O Comando do 2º Distrito Naval informa que, por volta das 16h00 de hoje (06), foram detidos, no tombo pertencente à União, situado no Complexo Naval de Aratu e administrado pela Marinha do Brasil, o Sr. Edinei Messias dos Santos e a Sra. Rosimeire Messias dos Santos, moradores da comunidade conhecida como Rio dos Macacos.

As detenções foram motivadas pelas ameaças proferidas pelo Sr. Edinei contra as sentinelas de serviço e em razão do comportamento violento da Sra. Rosimeire, que tentou, inclusive, apoderar-se da arma de um dos militares. Os dois foram liberados após a situação ter sido controlada.

Um Inquérito Policia Militar (IPM) será instaurado, com apoio do Ministério Público Militar, a fim de apurar o ocorrido.

Território Awá Guajá. Finalmente a desintrusão, por Egon Heck

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Criança Awá. Foto: Survival

"Estamos todos torcendo, não sem certa apreensão para que finalmente aconteça a retirada dos não índios do território Awá Guajá. Em especial esperamos uma ação firme do governo com relação aos exploradores que enriqueceram às custas do roubo de madeira, plantação de droga e tenha uma ação justa e digna com relação aos pobres que acabam sofrendo mais. Que sejam com a máxima brevidade assentados os que querem trabalhar na terra. E que os Awá sejam livres do pesadelo e sofrimento que significou essas décadas de invasão e omissão", escreve Egon Heck, Cimi-MS, ao enviar o artigo que publicamos a seguir. Eis o artigo

IHU On-Line – "Cardozo explicou que essa ação de "desintrusão" vem sendo estudada há algum tempo, mas que era preciso passar a Copa das Confederações e a visita do Papa, que mobilizaram muitos efetivos." (O Globo 4/08/2013– Mirian Leitão)

Além dos motivos alegados, certamente serão muitos outros os motivos da demora da execução da decisão da Justiça do Maranhão e do cumprimento da Constituição. Dentre os motivos principais está a frontal oposição do agronegócio, que inclusive se manifestou contra a desintrusão por ocasião de suas manifestações em Brasília, dia 11 de dezembro passado.

Para a execução da ordem de desintrusão o governo montou uma coordenação integrada por vários ministérios e mais de uma dezena de órgãos do governo.

O Ministro da Justiça afirma que contam com a experiência de Marawaitsédé, terra Xavante desintrusada no ano de 2012.

Lembra o Ministro da Justiça que "é preciso entender que se fala terra indígena, mas pela lei brasileira a terra é da União. Portanto, proteger esses índios, expulsar os madeireiros e defender essa mata é do interesse dos brasileiros." (O Globo- idem)

E não são poucos os interesses daqueles que não podem ver uma árvore em pé. Se calcula que serão mais de 40 mil toras cortadas na mata dentro da terra indígena. Elas serão inutilizadas, promete o governo.

Desintrusão e omissão

CONT.



“O povo mais ameaçado do planeta”, como são considerados os Awá Guajá, numa campanha da Survival Internacional, parece estar próximo de ver-se livre dessa grave ameaça de genocídio. A desintrução deve ter começado hoje. Os frequentes adiamentos e omissão tem agravado muito essa operação e as previsíveis resistências, especialmente do poder econômico e políticos.

É importante lembrar que situações como essa, assim como a gravíssima realidade do Mato Grosso do Sul, se agravam a cada dia que se passa.

Os Awá, que também são do tronco linguístico Tupi-Guarani, foram visitar seus parentes Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul, especialmente os acampamentos na beira das estradas. Nessa ocasião entregaram flechas, que estavam tão subjugados pelos brancos, porque tinham poucas flechas.

O país tem pressa. A bola vai rolar e as eleições estão na porta. Essas manchas na imagem da nação não podem se perpetuar.

Em 1978, quando o Estatuto do Índio previa a demarcação de todas as terras indígenas, diante da total inoperância e omissão do Estado brasileiro, os povos indígenas Kaingang e Guarani do Sul do país, enfrentaram os invasores, os políticos, a polícia, a Funai e eles mesmos colocaram mais de 10 mil famílias de brancos para fora de suas terras. Foram ações heroicas, corajosas, destemidas. Em Nonoai- RS, por exemplo um pouco mais de mil índios colocaram para fora de sua terra mais de dez mil pessoas que haviam se estabelecido nas terras indígenas, ou mesmo sendo aliciados ou estimulados pelo modelo político a invadirem essas sagradas terras indígenas. Das famílias que se estabeleceram à beira da estrada, originou-se o movimento dos Sem Terra. O governo queria deportar as famílias para a Amazônia.

Conquista e resistência

Depois das intensas mobilizações indígenas por ocasião da Constituinte e conquista de seus direitos na Constituição, em 1988, só em 2013 os povos indígenas tiveram uma mobilização tão intensa. Desta vez foi para evitarem que seus direitos fossem retirados da Constituição. Uma avalanche de ações contra os direitos indígenas, foram arremessadas como flechas incendiárias, especialmente do poder legislativo e do governo. Essa conjuntura explosiva e genocida só não se baniu os direitos indígenas e rasgou a constituição graças à intensa e permanente mobilização indígena, desde as aldeias até o Palácio do Planalto e o Congresso nacional.

Os cenários são de que esses embates continuem nesse ano. Porém tem a Copa do mundo e as eleições, que serão prioridade número um para o país.



2013: Um ano de 'caça' aos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014

Apresentamos na sequência um breve balanço da conjuntura de 2013 organizado por Cesar Sanson, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, parceiro do IHU na elaboração das Notícias do Dia e da 'Conjuntura da Semana' realizada em parceria com o Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT. O balanço da Conjuntura 2013 vale-se do conjunto das 'Conjuntura da Semana' publicadas ao longo do ano no sítio do IHU

EcoDebate

Um ano de 'caça' aos indígenas

A impressionante, sistemática, reiterada e reincidente ofensiva dirigida contra os povos indígenas pelos ruralistas, na maioria das vezes com vistas grossas do Estado, quando não com concessões à pressão dos 'novos senhores de engenho' como se viu com o desmantelamento da política de demarcação de terras indígenas, marcou 2013.

O 'Estado de exceção', na concepção agambiana, chegou aos povos indígenas em 2013. A retomada do arsenal de emendas constitucionais, portarias, e regulamentações associadas aos grandes projetos e ao braço armado do ruralismo e do Estado ameaçam não apenas os territórios, mas a própria integridade física dos povos indígenas.

A ofensiva ruralista vem de longe. Após a vitória no Código Florestal, a bancada ruralista escolheu como alvo o fim da demarcação das terras indígenas que em sua opinião atrapalha o desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Segundo o Conselho Indigenista Missionário – Cimi a estratégia da bancada ruralista e da Confederação Nacional da Agricultura – CNA possui três vértices principais.

O primeiro visando o executivo pede a "suspensão" de todos os procedimentos administrativos de demarcação de terras indígenas que estejam em curso. Esse já foi atingido. O segundo busca tornar lei a Portaria 303 da Advocacia Geral da União – AGU, a arena dessa luta é o Poder Judiciário, especialmente, o Supremo Tribunal Federal – STF. Já o terceiro é a aprovação da PEC 215, com a qual a CNA e os ruralistas, finalmente, teriam o poder nas próprias mãos para decidir acerca da "não" demarcação das terras indígenas no país.

Ao lado do arsenal jurídico, o agronegócio não escondendo o seu ódio contra os indígenas, anunciaram publicamente a organização de milícias como se viu por ocasião do Leilão da Resistência.

O cerco dos ruralistas vem dando certo. Contam com a condescendência do governo. O governo cede por razões de ordem política e de ordem econômica.

CONT.



Sob a perspectiva política, o governo Dilma Rousseff tornou-se refém da bancada ruralista. Necessita dela para avançar em seus projetos. A bancada ruralista chantageia, joga pesado, barganha. Sabe como enredar o governo porque joga de forma unitária, classista, não titubeia na defesa dos seus interesses.

Do ponto de vista econômico, a "afinidade" do governo com os ruralistas se dá em função do seu modelo econômico desenvolvimentista. O modelo econômico brasileiro em curso é altamente dependente da exploração de matérias-primas, em especial de commodities agrícolas e minerais para exportação [soja, etanol, pecuária, minérios...]. Logo, o Estado brasileiro se torna anti-indígena assim como o agronegócio, porque o seu modelo vai na contramão do modo de vida indígena.

Nesse modelo, as terras, águas, matas, ar, biodiversidade e minérios estão subordinados à lógica produtivista, âncora do crescimento econômico e base da "distribuição de renda". Na medida em que os povos indígenas ocupam os territórios onde se encontram os recursos vitais para o modelo, devem ser removidos.

Tributária de uma concepção reducionista que veem as forças produtivas – trabalho e capital – como meio para controlar e transformar os recursos naturais com vistas à produção de bens materiais, base do crescimento econômico, o atual modelo acaba enxergando nos povos indígenas um obstáculo ao seu pleno desenvolvimento.

Os povos indígenas, entretanto, resistem como historicamente resistiram. Demonstração de sua força são a reocupação de territórios, o recente Abril Indígena e a Mobilização nacional em defesa dos direitos indígenas.

Na sua luta contra os ruralistas e contra a insensibilidade do governo contam com poucas forças, entre elas, a principal é o Cimi. Os partidos de esquerda não apoiam a luta indígena, apenas alguns parlamentares isolados, há inclusive partidos de esquerda que são claramente anti-indígenas como o PCdoB. O movimento sindical sequer conhece a luta indígena e raramente se posiciona quanto aos seus conflitos.

Justiça e profecia a serviço da vida e dos povos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Começou no dia 05/01/2013 na comunidade da Palmerinha na Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, na cidade do Juazeiro do Norte, Ceará, a caminhada dos povos indígenas rumo ao 13º Intereclesial das CEBs que começa hoje, terça-feira, dia 07

Haroldo Heleno e Saulo Feitosa (Cimi)

O encontro teve seu início com uma recepção feita pela comunidade do Palmerinha através da artista regional Graça Melo que nos presenteou com sua bela voz e com belas canções e pelas palavras amigas e acolhedoras do pároco o Padre Monteiro, seguido de profundo e rico ritual do povo Pankararú com a participação dos outros povos presentes.

Os povos indígenas da Bahia (Pataxó e Pataxó Hã-Hã-Hãe), Alagoas (Xukuru-Kariri, Jeripankó), Paraíba (Potiguar), Mato Grosso (Xavante), Pernambuco (Pankararú), Rondônia (Kassupá, Wajoro), Tocantins (Xerente), Acre (Nakuni, Nawa), juntamente com os missionários do Conselho Indigenista Missionário de vários regionais e paroquianos da referida Paróquia refletiram a partir do tema: "Justiça e Profecia a Serviço da Vida e dos Povos Indígenas", sobre a realidade que cerca a caminhada dos povos indígenas, seus sonhos, desafios e suas

CONT.



expectativas sobre o 13º Intereclesial das CEBs. Com a coordenação do missionário Haroldo Heleno – Cimi Itabuna, Saulo Feitosa fez uma análise de conjuntura levantando inicialmente um pouco da história local lembrando a resistência dos povos indígenas através da Confederação Cariri que ocorreu no século XVII quando vários povos se juntaram para resistir contra a escravização indígena. Foi feita uma ponte histórica entre as lutas do passado e as lutas dos povos indígenas nos dias de hoje, destacando a estratégia do governo brasileiro em retirar direitos dos povos indígenas, fazendo leis que aparentemente defendem os indígenas e ao mesmo tempo criando outros mecanismos que retiram e atacam estes direitos, a exemplo das Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), Portarias, Projetos de Leis entre outros. A análise de conjuntura foi sendo complementada com as intervenções das lideranças indígenas.

No período da tarde o Padre Paulo Suess, assessor teológico do Cimi, abordou o tema do encontro: “Justiça e Profecia a Serviço da Vida e dos Povos Indígenas”, destacando o desafio de “viver bem, com menos”, a partir da ideia do Bem Viver ou Sumak Kawsay proposta dos povos ameríndios. O Bem Viver promove uma mudança de pensamento onde os direitos da mãe terra são colocados no mesmo patamar dos direitos dos seres humanos e de todos os outros seres existentes.

Na noite aconteceu uma bonita celebração da Epifania do Senhor com a participação indígena e concelebrada pelos padres presentes no encontro. A celebração contou com participação massiva dos paroquianos, após a missa foi encenado um bonito auto de Natal pelo ponto de cultura Gil, da cidade de Juazeiro.

Na manhã do dia 06, Haroldo fez uma apresentação geral da metodologia do 13º Intereclesial, explicando a forma de distribuição temática a partir dos Sete Ranchos (espaços onde serão desenvolvidos os trabalhos de grupos e as reflexões durante o Intereclesial): “CEBs e a espiritualidade romeira”; “CEBs no campo e na cidade”; “CEBs e o protagonismo da juventude”; “CEBs a serviço da vida”; “CEBs e a prática da justiça”; “CEBs e sua vocação profética”; “CEBs e o compromisso missionário”. A tarde do dia 6 foi dedicada ao trabalho mais prático, orientações sobre a participação indígena no 13º, divisões de tarefas, distribuição dos kits, dúvidas e toda a dinâmica do 13º Intereclesial das CEBs. O trabalho foi conduzido pelo missionário Zennus Dinys de Alagoas.

Os participantes ainda terão a oportunidade de conhecer hoje, dia 07, um projeto denominado de “Casa Grande” que faz o resgate da cultura do povo Cariri localizado no município de Nova Olinda e a tarde esta agendada visita a uma feira de ciências realizada na comunidade de Palmerinha por crianças de um colégio local que tem como tema a questão indígena. Será mais uma oportunidade para concretizar a interação da comunidade com os povos indígenas. Interação que por sinal foi um ponto forte neste encontro, tanto na participação no encontro como na recepção, acolhimento e partilha da comunidade para com os povos indígenas e missionários.



Funai ajudará índios com comida e remédios

SÍTIO JORNAL DA NOVA, 07.01.2014

Da Redação

Sem acesso a alimentos e remédios após conflitos entre a comunidade indígena Tenharim e moradores no sul do Amazonas, os índios deverão receber ajuda da Fundação Nacional do Índio (Funai). O auxílio é necessário porque o deslocamento deles às cidades mais próximas, Humaitá e Manicoré, foi interrompido por razões de segurança.

O prefeito de Humaitá (AM), José Cidenei Lobo do Nascimento, solicitou ao General Ubiratan Poty, da 17ª Brigada de Infantaria de Selva fornecimento dos medicamentos e itens da alimentação. O prefeito vai se reunir nos próximos dias com servidores da Funai e a equipe de segurança enviada ao local, composta pelas Polícias Federal, Rodoviária Federal, pela Força Nacional e pelo Exército.

“Preciso saber deles que providências estão sendo tomadas nesse sentido (de garantir alimentação). A prefeitura está aqui para ajudar em todos os sentidos”, disse Nascimento. Segundo o prefeito, não há recursos próprios do município para o abastecimento da comunidade indígena.

O clima na cidade é tenso desde o último dia 16, quando três homens brancos desapareceram, após serem vistos trafegando de carro pela Rodovia Transamazônica. Moradores acusam os índios de terem sequestrado os homens em represália à morte do cacique Ivan Tenharim. Após o desaparecimento, manifestantes incendiaram o prédio da Funai. Os servidores foram para Porto Velho, capital de Rondônia, que fica a cerca de 200 quilômetros de Humaitá.

“O pessoal da Funai está receoso por conta do problema que houve”, disse o prefeito. “Toda relação comercial deles (índios) é feita aqui em Humaitá e em Manicoré. É uma dificuldade realmente nesse sentido (de acesso aos alimentos)”, afirmou.

Com Agência Brasil



Exército vai a aldeias no Sul do AM para avaliar situação após conflitos

SÍTIO OLHAR DIRETO, 07.01.2014

Um comitiva composta por autoridades militares deve se reunir com lideranças indígenas do Sul do Amazonas na tarde desta segunda-feira (6). O comboio saiu de Humaitá, a 590 km de Manaus. Desde dezembro a área registra conflitos gerados após o desaparecimento de três pessoas na rodovia Transamazônica (BR-230). A população culpa os índios da etnia Tenharim pelo sumiço.

Participam da missão o comandante-geral do Comando Militar da Amazônia (CMA), general Villas Bôas, o comandante do 14º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) de Rondônia, general Poty, além do comandante do 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS) de Humaitá, Antônio Prado.

O comandante Villas Bôas chegou a Humaitá por volta de 11h30 desta segunda para uma reunião com os demais comandantes. Ele explicou que a intenção dos militares é ir às aldeias para verificar se os indígenas estão precisando de alimentos ou outros serviços, situação relatada pelos moradores do local.

"Meus objetivos aqui são bem amplos, vou fazer um balanço do quadro geral da situação. Também pretendo manter contato com tropas locais e prestar auxílio a órgãos que realizam buscas pelos desaparecidos. As equipes estão ajudando nas buscas de selva, junto com demais órgãos de segurança", disse.

O comboio partiu da orla da cidade de Humaitá, por volta das 14h15 (hora local). O tempo de viagem é estimado em cerca de duas horas. O acesso até a região das aldeias, localizadas na estrada do Distrito de Santo Antônio do Matupi, é feito por balsa.

De acordo com o CMA, o Exército foi enviado ao Sul do Estado para prestar apoio logístico à região do conflito, com o transporte de alimentos e pessoas. Ao todo, cem homens do Exército de Humaitá estão dando apoio à operação.

Conflitos

Desde o fim de 2013, a área localizada no sul do Amazonas vive dias de instabilidade por conta de protestos violentos que já resultaram na depredação de prédios e bens públicos de órgãos relacionados a políticas públicas voltadas aos povos indígenas, além de ameaças a um grupo de indígenas que estava na cidade e ficou dias abrigado em quartel do Exército.

Postos de pedágios na Transamazônica, no trecho dentro da reserva Tenharim, também foram destruídos. Fazendeiros defendem a instalação de um posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na localidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Recomendação

Informações de que indígenas Tenharim estariam enfrentando a falta de comida e problemas de saúde em suas aldeias levaram o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) a expedir uma recomendação para garantir atendimento médico e fornecimento de medicamentos aos índios, na última sexta-feira. A recomendação foi encaminhada aos Municípios de Humaitá e Manicoré, ao Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Porto Velho e à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Os órgãos e prefeituras devem, em articulação com a Fundação Nacional do Índio (Funai), providenciar o atendimento médico e o fornecimento de medicamentos aos índios da terra indígena Tenharim Marmelos.



Ministério da Justiça deve resolver questão indígena hoje

SÍTIO DOURADOS AGORA, 07.01.2014

Presidente da Acrissul afirma que produtores já apresentaram proposta e que ministro Cardozo deve fechar negócio em reunião

Dirigentes de entidades ruralistas, produtores rurais e representantes das comunidades indígenas se reúnem hoje à tarde em Brasília com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para definir o pagamento das propriedades rurais invadidas por índios na região de Buriti, nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, onde foi iniciado um conflito por disputa de terras e que resultou na morte de um indígena em maio do ano passado.

O presidente da Associação de Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, explicou ontem na Capital, que a reunião é para resolver definitivamente a questão, com a definição do pagamento das propriedades rurais invadidas pelos índios, que pode chegar a R\$ 150 milhões.

Segundo Maia, são mais de 30 propriedades rurais envolvidas no conflito, que chegam a 30 mil hectares e que devem ser ressarcidas pelo governo federal para a ampliação da Terra Indígena Buriti, de 2.500 hectares e que abriga cerca de 6 mil índios, residentes em seis aldeias da região.

Maia defende que a reunião é definitiva, com apenas um assunto a tratar, o de pagamento das terras, com base nas avaliações realizadas por técnicos dos governos federal e estadual e na proposta apresentada pelos produtores rurais, levando-se em conta as benfeitorias, pasto formado e água corrente.

De acordo com Maia, todos os levantamentos das áreas em conflito já foram concluídos e os produtores rurais esperam que as negociações sejam concluídas e os resultados sirvam de exemplo como modelo de negócio para outras áreas em disputa entre fazendeiros e índios. A reunião será às 15h e a caravana de produtores rurais embarca pela madrugada para Brasília.

A proposta de pagamento pela terra foi definida em junho do ano passado, pelo ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, durante reunião entre produtores, autoridades e comunidade indígena, realizada no Centro de Convenções Rubens Gil de Camillo, na Capital.

O próprio governador André Puccinelli, que tem acompanhado o andamento das reuniões e o desfecho das negociações, antes de transmitir o cargo à sua vice, Simone Tebet, na sexta-feira passada, adiantou que espera que a solução para o conflito e disputas seja encerrada com a reunião desta terça-feira em Brasília.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

Além do presidente da Acrissul, dirigentes da Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul (Famasul) e lideranças indígenas de várias regiões do Estado devem participar da reunião com o ministro da Justiça em Brasília. Os dirigentes rurais, segundo Maia, viajam com recursos do Leilão da Resistência, realizado em dezembro, na própria Acrissul.

Simone participa de reunião para resolver conflito indígena em Brasília

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 07.01.2014



Simone participa de reunião no Ministério da Justiça para discutir solução para conflito indígena (Foto: Arquivo)

A governadora em exercício, Simone Tebet, irá participar hoje, a partir das 10h, de reunião no Ministério da Justiça para tratar a resolução dos conflitos indígenas em Mato Grosso do Sul. Este encontro em Brasília terá a participação de representantes da comunidade indígena e dos produtores rurais.

Simone irá ser acompanhada pela equipe técnica do governo estadual que já está envolvida com todos os detalhes sobre a negociação com o Ministério da Justiça. O governador André Puccinelli (PMDB) inclusive se reuniu na última sexta-feira (3) para tratar da questão e "afinar" o discurso.

Entre as propostas está o Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas) que sofreu as adequações necessárias para que atendesse os critérios e exigências da União.

Nesta discussão também foram apontadas a utilização das terras do narcotráfico e terras devolutas do governo estadual, além do uso do repasse mensal da dívida ativa paga pelo Estado a União para a aquisição das terras, no entanto prevaleceu a proposta do fundo estadual (Fepati) criado para esta finalidade.

O governo aposta que a solução para este conflito no campo só depende da liberação dos recursos do governo federal, assim como a apresentação do cronograma de ações para aquisição das terras em disputa.

Negociações - Após o aumento das invasões das terras pela comunidade indígenas e os primeiros confrontos, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, esteve no Estado para avaliar a situação e começar uma roda de negociação.

Foi então criada uma Mesa Deliberativa, coordenada pela secretária-executiva do Ministério da Justiça, Márcia Pelegrini, e pelo governador André Puccinelli para conduzir a discussão do assunto com os envolvidos.

O prazo final terminou em dezembro de 2013, após várias prorrogações de datas, o que gerou inclusive a organização de leilões pelos produtores rurais para arrecadar recursos que seriam utilizados na contratação de segurança privada, além de pagamento de advogados. A conclusão dos estudos técnicos, assim como a formulação de uma solução é esperada para esta reunião.



Os quilombolas e o direito a justiça tributária (por Eleandra Koch)

SÍTIO SUL 21, 07.01.2014

Recentemente acompanhamos as polêmicas envolvendo a proposta de isenção de Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) no município de São Paulo, para famílias de baixa renda. Tal política pública, que foi obstaculizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), parece estar ancorada numa visão de justiça tributária e social.

Nesse mesmo sentido, urge pensarmos sobre duas situações próximas a nós, envolvendo duas comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul (RS): a Família Silva, em Porto Alegre e a Chácara das Rosas, em Canoas. Ambas as comunidades foram as duas primeiras comunidades quilombolas urbanas tituladas no Brasil, com base nos direitos assegurados pelo artigo 68 da Ação das Disposições Contrárias e Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

Essas duas comunidades quilombolas ocupam e resistem há muito tempo em suas terras, em situações de invisibilidade social. Graças à organização dessas comunidades, e à luta que travaram, conseguiram acessar o seu direito de titulação de suas terras, enquanto remanescentes de escravos. Contudo, isso não tem redundado em suficientes políticas públicas, que sejam capazes de reverter a situação de vulnerabilidade social que vivem historicamente. Esse é o caso da situação dessas comunidades em relação ao IPTU: ambas possuem injustas dívidas, com valores consideráveis, mesmo sendo comunidades que possuem Lei Municipal que as define como Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEIC).

Embora ajam compromissos dos poderes executivos municipais dos municípios de Porto Alegre e Canoas de propor aos respectivos legislativos municipais a remissão das dívidas existentes e a isenção dos tributos futuros, considerando o patrimônio cultural que elas representam, até hoje isso não se concretizou. Assim, essas comunidades estão sujeitas às restrições fiscais, que em muitos momentos se traduzem como um óbice para o acesso às políticas públicas imprescindíveis.

No caso da Família Silva, há ainda um agravante: um gravame de ampliação da João Caetano (no bairro Três Figueiras), no Plano Diretor Municipal, que se implantado dividiria o território quilombola ao meio. Ocorre que esse gravame (que é uma diretriz e não uma obrigação de fazer) foi gravado antes do reconhecimento e da titulação do território quilombola. Tal situação ocorreu numa tentativa de acordo com o mercado imobiliário que participou de várias tentativas de retirada dos moradores do quilombo, dessa nobre área urbana de Porto Alegre. Contudo, a suposta reintegração da posse dos detentores de título de domínio incidentes sobre o território quilombola, ancestralmente e historicamente ocupado, não está mais em questão, pois há um Decreto Presidencial que define como território quilombola, de interesse social, e estabelece o título definitivo, impenhorável e inalienável da área. Assim, o gravame perdeu seu sentido e viabilidade, contudo, ele ainda não foi retirado devidamente e se coloca como uma "espada" sobre o território quilombola.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

O IPTU é uma atribuição dos poder Executivo Municipal, e a ele cabe propor ao Legislativo Municipal a remissão da dívida anterior e a isenção da dívida a partir de então. Tal atitude representa uma política pública de reconhecimento de direitos fundamentais, assegurados constitucionalmente, por três razões principais: 1) essas comunidades representam um inestimável patrimônio cultural e social, 2) a subjugação política e econômica que viveram historicamente os coloca numa situação atual de fragilidade e insegurança social, 3) cabe ao Estado brasileiro, em suas diferentes esferas, reparar a dívida histórica com essas comunidades tradicionais remanescentes da escravidão no Brasil, e, bem como propiciar a integração das mesmas nas políticas de desenvolvimento econômico e social, considerando esse contexto histórico.

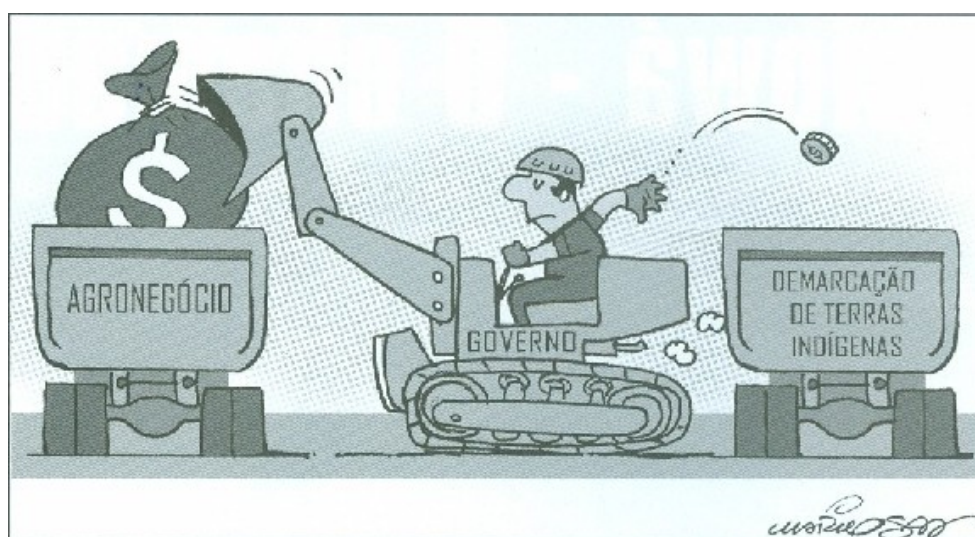
Esperamos que 2014 seja o ano em que os poderes executivos e legislativos de Porto Alegre e Canoas concedam a essas comunidades, que já são reconhecidas como Áreas de Interesse Cultural, o direito a essa isenção (e justiça) tributária, que no caso de Porto Alegre, já é concedido a outras associações comunitárias.

.oOo.

Eleandra Koch é cientista Social e possui mestrado em Sociologia pela UFRGS. Também é militante social e Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário-Habilitação. Antropologia no INCRA/RS. E-mail: eleandrars@yahoo.com.br.

A política do governo para os povos indígenas e quilombolas condicionada a um pacto com os ruralistas, por Roberto Antonio Liebgott

SÍTIO ECODEBATE, 07.01.2014



Conjuntura Indigenista e Quilombola – 2013

Por Roberto Antonio Liebgott, Cimi Regional Sul Equipe Porto Alegre

Diferentes analistas sociais vêm discutindo as formas como o neoliberalismo se estabelece e se enraíza nas práticas e escolhas de governos, na atualidade. Um destes analistas é Maurizio Lazzarato, um sociólogo interessado em entender como se estabelecem e se naturalizam certas premissas do regime de acumulação capitalista, assumidas por governos, no presente, como se fossem incontestáveis.

Lazzarato afirma que o neoliberalismo provoca profundas transformações na maneira de compreender e de gerir os direitos coletivos e as garantias individuais. O foco de governo recai sobre as finanças, e estas são, para o sociólogo, “máquinas de guerra” que transformam os direitos sociais em dívidas a serem contraídas pelo cidadão, convertido em consumidor e em usuário de serviços privados. O custo tem sido a redução do salário, a precarização das condições de vida, a responsabilização dos governados pelo provimento de saúde, educação, moradia, segurança (em âmbito privado). O governo estimula a expansão do crédito ao consumo, para a inclusão no mundo dos consumidores de serviços e de produtos. “Ou seja, antes de se garantir o direito à moradia, asseguram-se financiamentos imobiliários; antes de se efetivar a mutualização dos riscos sociais (riscos por desemprego, adoecimento, aposentadoria etc.), investem-se nos seguros individuais”.

CONT.



O crescimento econômico neoliberal dá o tom e a pauta dos investimentos, determinando quais são os “diferenciais de ganho e de poder”, ou seja, quais são os setores que deverão ser estimulados, que deverão receber incrementos financeiros e incentivos para prosperarem. E se alguns setores são superestimados, obviamente que outros serão atrofiados.

Lazzarato afirma que a aposta insensata do neoliberalismo, na qual os governantes acreditam, é a possibilidade de redistribuição das riquezas (ou do bem estar decorrente do acesso a recursos) sem redistribuição dos recursos (ou seja, sem prejuízo dos “diferenciais econômicos”). Nesta lógica, a suposta redistribuição das riquezas se daria pela inserção das pessoas no consumo. O endividamento é a engrenagem para transformar as pessoas comuns em proprietários (de casas populares, de carros populares, de eletrodomésticos etc.).

No caso dos governos brasileiros dos últimos anos, essa opção pela “inclusão social” através do endividamento é muito evidente: pipocaram linhas de crédito para a aquisição de casa própria (Minha Casa Minha Vida), para investir no mobiliário e na aquisição de eletrodomésticos; linhas de crédito para pequenas empresas, para agricultura familiar. Apesar de parecer uma opção razoável para que os pobres possam finalmente sair da condição de inquilinos ou de empregados para a de proprietários, o fim e ao cabo, tais opções políticas se fundamentam sobre o endividamento da população (e também aquecem a economia ao favorecer a expansão de setores da construção civil, por exemplo).

Para Lazzarato, a tentativa de redistribuição da riqueza sem efetiva redistribuição dos recursos constitui a esquizofrenia do modelo neoliberal. Inspirando-me nas análises deste sociólogo, busco discutir, nesta breve análise de conjuntura, algumas posições assumidas pelo governo Dilma e algumas escolhas – políticas e econômicas feitas em nome da governabilidade – que considero serem marcas da esquizofrenia apontada por Lazzarato e que, em meu ponto de vista, é também o componente “perigoso” que não pode ser ignorado pelos movimentos sociais.

Tomando como referência as deliberações do governo federal no que se refere aos direitos indígenas e quilombolas chegamos à conclusão de que elas estão alicerçadas em perigosos acordos eleitoreiros, em conchavos políticos, jogos de interesse e em concessões de privilégios a grupos econômicos “diferenciais” que pretendem extrair das terras indígenas e da natureza as riquezas potencialmente existentes.

Nas relações do governo com seus “aliados”, chama a atenção a perigosa subserviência aos ruralistas (setor agropecuário), que claramente integram os “diferenciais de ganho e de poder” indicados por Lazzarato, e que assim recebem também tratamento diferenciado. Este segmento vem revelando, ao longo da história, uma face cruelmente depredadora dos recursos da natureza (destruição de florestas e de matas ciliares, poluição de mananciais de água, por exemplo) e, em muitos casos, se vale da exploração da mão de obra humana (submetendo trabalhadores a condições análogas à escravidão). É necessário lembrar que muitos desses ruralistas, “proprietários de terras”, adquiriram suas posses através da força bruta, expulsando pessoas das terras, ameaçando e assassinando lideranças, comprando terras a preços irrisórios, promovendo a grilagem ou recebendo, a preço simbólico, terras do poder público, como é o caso (noticiado pela imprensa) das “propriedades” de familiares da senadora Katia

CONT.



Abreu em Tocantins (e não ao acaso, ela é também presidente da CNA – Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária).

Como se percebe, o governo brasileiro vem pautando sua política, por um lado, no favorecimento dos ruralistas, e por outro lado, na arrogância, prepotência e intolerância com os povos indígenas e quilombolas, especialmente nas discussões e na condução dos programas, projetos ou políticas que afetam a vida, as terras, o meio ambiente e o futuro dessas populações. Condizente com essa opção pelo favorecimento de setores “diferenciais”, o governo inventa instâncias de representação popular que ele mesmo não leva em conta e, assim, não escuta a opinião dos povos e seus líderes e não aceita posicionamentos que sejam contrários aos planos desenvolvimentistas.

Como efeito, tem-se a intensificação das violências contra os povos indígenas, bem como a perseguição e a tentativa de desqualificar publicamente os que se opõem às pretensões governistas (um exemplo dessa postura é a nota divulgada pela Secretaria Geral da Presidência da República contra as lideranças do Povo Munduruku). Os preceitos constitucionais e as normas e tratados internacionais, especialmente no que se refere à consulta prévia, livre e informada das populações indígenas e quilombolas são abertamente desrespeitadas em nome de algo que se apregoa como sendo de “interesse comum”, mas que não gera o “bem comum” e sim o bem de apenas alguns setores do mercado e da economia – empreiteiras, mineradoras, usineiros e empresas de energia hidráulica e do agronegócio.

Esses setores, coordenados pelos ruralistas, promoveram ao longo do ano de 2013 um “levante” contra os povos indígenas, quilombolas e contra seus direitos fundamentais à vida e à terra. As investidas se deram no âmbito político, junto aos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, bem como através da veiculação intensiva de notícias na mídia que provocam uma inquietação social. Assim, os povos indígenas vão gradativamente se transformando em um “problema”, um entrave, o que potencializa a violência simbólica, estratégia que também se alia concretamente a ações violentas contra comunidades e suas lideranças (a exemplo do que ocorre no município de Guaíra, no Paraná, contra os Guarani Nandewa, ou em Mato Grosso do Sul, quando homens encapuzados incendiaram um ônibus escolar que realizava o transporte de estudantes Terena).

No Poder Legislativo, os referidos setores “diferenciais” tentaram impor projetos de lei e emendas à Constituição Federal com o intento de aniquilar com os direitos dos indígenas e quilombolas e de romper com qualquer perspectiva de que terras venham a ser demarcadas no Brasil. Aliás, no entendimento destes setores, mesmo aquelas terras já demarcadas precisariam ser revogadas.

Dentre as perigosas propostas que tramitam neste momento, elenco aqui o Projeto de Emenda à Constituição de número 215 (PEC 215/2000) e o Projeto de Lei Complementar 227 (PLP 227/2012). A PEC 215/2000 pretende transferir a competência pelas demarcações das terras indígenas, quilombolas e definição de áreas ambientais, que são atribuições constitucionais do Poder Executivo, para o Legislativo. E o PLP 227/2012 visa modificar o Parágrafo 6 do Art. 231 da Constituição Federal para assegurar que, em havendo qualquer tipo de interesse econômico sobre uma terra indígena, esta será caracterizada como de relevante interesse público. Assim,

CONT.



os povos indígenas perdem o direito de usufruto exclusivo e as terras podem se tornar disponíveis ao agronegócio, às mineradoras, madeireiras e outros interessados. Lamentavelmente no final do ano o presidente da Câmara dos Deputados (Henrique Eduardo Alves – PMDB), apesar da oposição dos povos indígenas, quilombolas e outros segmentos da sociedade, instalou a Comissão Especial para aprovar a PEC 215/2000, constituída com mais de 70% dos parlamentares ruralistas ou comprometidos com esses interesses.

Junto ao Poder Judiciário proliferam ações contra as demarcações das terras. Em muitas decisões se percebe que juízes, desembargadores e ministros procuram as brechas das leis para nelas estabelecer interpretações que fundamentem uma decisão contrária aos direitos indígenas e, com isso, impor, também através do Judiciário, a paralisação de demarcações de terras. Há, sem dúvida, ações premeditadas dos setores “diferenciais” da economia, sobre juízes e desembargadores, com o intuito de convencê-los a proferirem decisões que favoreçam explicitamente os grupos que exploram as terras indígenas e suas riquezas ambientais e minerais. Há, por outro lado, casos de decisões exemplares, nas quais o magistrado se debruça sobre a causa em litígio e a analisa, avalia e decide tendo como referência os direitos constitucionais, a legislação infraconstitucional e o direito à vida daqueles que são, muitas vezes, relegados ao esquecimento no âmbito das decisões judiciais. Foram, ao longo do ano, proferidas decisões que permitem observar quando há parcialidade ou imparcialidade nas decisões. Um exemplo dessa constatação foi a decisão da Juíza da 2ª Vara Federal Janete Lima Miguel de Campo Grande/MS, quando proferiu decisão contra a realização do chamado “Leilão da Resistência” (leilão criminoso promovido pelos ruralistas com o objetivo de arrecadar dinheiro e com ele contratar milícias para agirem contra as lutas indígenas). Para fundamentar sua decisão, a juíza enfatizou que, entre o “direito de propriedade e o direito a vida ela opta pelo direito a vida”. Os representantes dos fazendeiros, dentre eles parlamentares, entraram com pedido de suspeição da juíza e impugnaram sua decisão.

No âmbito do Poder Executivo, os ruralistas impuseram que todas as demarcações de terras fossem paralisadas. O anúncio foi dado na Tribuna do Senado pela senadora, amiga da presidente Dilma, Kátia Abreu e prontamente precedido de ordem oficial da ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffman, determinando que a Funai e o Ministério da Justiça suspendessem de imediato todas as demarcações, especialmente no Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

A ministra Gleisi chegou ao cúmulo de dar à EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) a incumbência de elaboração de laudos técnicos para se contrapor aos estudos de identificação e delimitação de terras realizados pela Funai e, para além disso, pretendia torná-la a responsável pela elaboração dos estudos técnicos das terras reivindicadas pelos povos, como sendo de ocupação tradicional. A proposição era tão descabida que mereceu questionamento público, inclusive da própria EMBRAPA. Ainda assim, a ordem de paralisar as demarcações acabou sendo rigorosamente cumprida pela Funai e pelo Ministério da Justiça.

Desde o mês de março/2013 nenhuma terra indígena foi demarcada e, além disso, medidas foram adotadas no sentido de rever estudos realizados pela Funai. Mais grave ainda, é a atitude do próprio ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, de pressionar o órgão indigenista para que áreas declaradas (através de portarias assinadas por ele) fossem revistas, como é o

CONT.



caso da terra Indígena Mato Preto no Rio Grande do Sul (imagine-se, aqui, se um arquiteto autorizasse a construção de uma ponte, baseando-se nos alicerces mais sólidos de seu campo de ação e, depois da construção de metade da obra com recursos públicos, decidisse destruir o que já foi construído e refazer por outro caminho- seria, sem dúvida, acusado de promover o mau uso de recursos públicos). Os procedimentos de demarcação da área indígena Mato Preto se respaldaram nos alicerces constitucionais, os mais sólidos de que dispomos, por que então deveriam ser revistos? O que justificaria esse desperdício de recursos públicos para fazer novamente o que já foi feito?

O pacto do governo federal com os ruralistas (e que se estendeu aos demais setores que pretendem explorar terras indígenas) criou raízes e se alastrou pelo país. Governos estaduais (como de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul) adotaram estratégias políticas regionais para exercer pressão contra as ações demarcatórias e ao mesmo tempo promover, junto a opinião pública, uma espécie de linchamento da Funai e seus servidores, caracterizando-os como manipuladores, fraudulentos, parciais, fomentadores e promotores de conflitos entre “índios e produtores”. Entidades indigenistas e lideranças indígenas foram igualmente caluniadas pelos representantes dos governos estaduais e os defensores do agronegócio a exemplo da Famasul, Farsul, Fetraf-Sul e CNA.

Lamentavelmente, em estados como o Rio Grande do Sul os governos, seduzidos pelo “poder” aparentemente consolidado pelo pacto com as elites agrárias, atuam perigosamente e alimentam o conflito entre agricultores e comunidades indígenas. Os governantes movidos pela politicagem perdem o censo de justiça e a noção de que são eles, como representantes do Estado, aqueles que devem mediar e buscar soluções aos problemas criados pelo próprio Estado em épocas passadas.

As medidas paliativas, que compõem a meu ver a esquizofrenia apontada pelo sociólogo Maurizio Lazzarato de tentar distribuir a riqueza sem desmontar as estruturas do enriquecimento, sugerem a permuta do direito à demarcação de terras pela compra de pequenas áreas (a exemplo do que ocorre no Rio Grande do Sul) além de prolongar os conflitos, são ilegais e imorais. Os direitos dos povos indígenas são transformados em serviços quando os governantes propõem a compra de porções de terra em locais menos conflituosos. É necessário ressaltar que o direito a demarcação das terras não cessará em função da compra de pequenas áreas (muitas delas degradadas); que não desaparecerão os povos, suas comunidades e as lutas pelo direito que possuem; que não é possível substituir garantias constitucionais através de perigosas compensações.

O resultado desta aliança federativa (pacto) com o ruralismo não obteve êxito pleno em função dos protestos e mobilizações dos povos indígenas e seus aliados. Caso contrário o governo teria, como anunciou por dezenas de vezes, alterado as regras do procedimento de demarcação de terras (regulados pelo Decreto 1775/1996 e Portaria 14/1996) e ao mesmo tempo vincularia as 19 condicionantes estabelecidas pelo STF no julgamento do “caso Raposa Serra do Sol” a todas as demarcações de terras, como ficara explicitado na edição da Portaria 303/2012 da AGU (os efeitos desta portaria foram suspensos depois da pressão do movimento indígena). O STF, no mês de outubro, julgou os embargos de declaração relativos à decisão de Raposa Serra do Sol (Petição – PET 3388) e determinou que as 19 condicionantes

CONT.



estabelecidas no julgamento da ação pela manutenção da demarcação da Terra Raposa Serra do Sol em área contínua não são vinculantes a outros casos, portanto a outras demarcações de terras.

Perigosas têm sido as demais políticas do governo federal para com os povos indígenas (saúde, educação, ambiental e de sustentabilidade), fundamentalmente pela falta de articulação entre os planejamentos de cada ministério, os serviços a serem prestados, as ações desenvolvidas e a execução orçamentária. Não há no governo federal um ministério, um órgão ou secretaria que congregue a responsabilidade pela articulação da política indigenista. Esta deveria ser uma função da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) que acabou sendo descaracterizada pelo governo na medida em que não acata as propostas oriundas da Comissão, bem como não remete a ela as demandas e propostas que o governo tem para os povos indígenas.

No caso da política de saúde indígena o ano que passou foi conturbado. As atenções dos gestores e conveniados estavam focadas em responder denúncias de mau uso dos recursos; dar explicações acerca dos graves problemas no âmbito da assistência; acompanhar as etapas locais e distritais da V Conferência Nacional de Saúde Indígena. Nelas eles tinham que intervir para manter o controle na etapa nacional, e com isso garantir que as propostas que lhes assegurassem a manutenção das práticas adotadas nos últimos dois anos – uma mescla de ações e serviços realizados entre gestores e terceiros sem efetivamente garantir um modelo de atenção com participação efetiva dos povos indígenas -.

A legislação que cria o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Lei Arouca, 9836/99) determina que o Ministério da Saúde é quem deve assumir a responsabilidade pela gestão da política de saúde para os povos indígenas, e esta premissa se fortalece com uma decisão judicial contra a política de terceirização dos serviços em saúde. Ainda assim, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) vem mantendo convênios para as ações complementares em saúde, por exemplo, com a Missão Caiuá, com o Instituto de Medicina Integral Fernando Figueira (IMIPI) e com a Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (SPDM). Com conveniadas, ou sem elas a ineficiência na atenção aos povos indígenas é inegável. Em âmbito nacional, povos e comunidades reclamam por não haver assistência adequada nas aldeias, nem profissionais, medicamentos e infraestrutura adequada. O mais grave, no que concerne as ações em saúde, é que a destinação de recursos tem sido expressivamente maior do que a execução orçamentária, aspecto que se verifica em relação a rubricas extremamente relevantes, tais como a prevenção de doenças e as melhorias relativas ao saneamento básico. As políticas assistenciais são, em síntese, reveladoras do tipo de tratamento dispensado pelo governo aos povos indígenas.

Embora exista um consenso, hoje, sobre a relevância das diferentes culturas e identidades e sobre a necessidade de respeito a todas as maneiras de ser e pensar, no caso dos povos indígenas e quilombola esse discurso não tem sido muito efetivo. O que se observa é o crescimento das expressões de intolerância e de desrespeito, especialmente quando a presença destes povos e comunidades coloca em questão alguma das premissas desenvolvimentistas. Em alguns estados há investidas constantes contra as demarcações, contra as formas de viver de comunidades e povos que não pensam a terra unicamente como recursos, a ser explorada ao máximo. Do mesmo modo, é crescente a prática concreta (e cruel) de violências contra

CONT.



comunidades e lideranças indígenas, especialmente aquelas que vivem nas margens das rodovias ou que se situam em pequenas reservas de terra. O setor ruralista articula, do sul ao norte, ações de intimidação e de coerção dos povos indígenas. Em Guaíra, no Paraná, os Guarani estão sendo discriminados e perseguidos nas ruas, no comércio, nas escolas e no trabalho. Os meios de comunicação convocam a população a reprimir “os índios”. No Mato Grosso do Sul a situação é semelhante. Lideranças são ameaçadas, espancadas, assassinadas.

Na luta pela terra, além de enfrentar pistoleiros, as lideranças se deparam com a brutalidade das polícias (Federal e Militar), que agem de forma truculenta contra os povos indígenas em ações de reintegração de posse. O exemplo mais contundente foi o assassinato de Oziel Terena em Sidrolândia, Mato Grosso do Sul.

As artimanhas e estratégias criadas pelo governo federal com o intuito de favorecer alguns setores da “economia” tem, como custo, a negação dos direitos originários e constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas, de outras coletividades que não se encaixam nas perspectivas de desenvolvimento, aceleração, produção em larga escala, por exemplo.

Para finalizar, retomo a afirmação do sociólogo Maurizio Lazzarato de que a possibilidade de redistribuição das riquezas sem redistribuição dos recursos é uma aposta insensata. O governo Dilma investe na direção de maximizar os ganhos de setores financeiros, fortalecer setores diferenciais da economia e supostamente promover a inclusão social através do consumo, do crédito e de pacotes de medidas assistenciais. Mas não é possível conciliar os direitos sociais com o rol de interesses dos setores do agronegócio, de mineradoras, de construtoras, do setor de financeiro.

Construir perspectivas que focalizem centralmente os direitos sociais, as formas coletivas de vida, a solidariedade, a redistribuição efetiva dos bens e dos recursos que hoje estão concentrados nas mãos de poucos grupos favorecidos são alguns dos desafios a serem enfrentados pelos povos indígenas e seus aliados. Uma sociedade justa, na qual todos sejam verdadeiramente respeitados só poderá emergir de uma guinada nos rumos (e escolhas) que orientam a política atual.

Análise socializada pelo Cimi e reproduzida pelo EcoDebate, 07/01/2014

A esmagadora maioria dos beneficiários do Brasil Sem Miséria é de negros, comprova levantamento do governo federal

SÍTIO INCLUSÃO PRODUTIVA, 07.01.2014



Quando publicou Casa-Grande & Senzala em 1933, Gilberto Freyre não tinha a seu dispor um grande volume de dados sociológicos sobre a população brasileira. O IBGE foi criado um ano depois e o Ipea apenas na década de 1960. Se tivesse acesso a pesquisas que comprovassem a relação intrínseca entre pobreza e cor de pele no Brasil, hoje abundantes, talvez sua teoria da democracia racial brasileira fosse um pouco diferente. Ao ser confrontado com as estatísticas, o racismo brasileiro, sustentado em três séculos de escravidão, desvela-se como uma verdade factual.

A conexão entre a miséria e a origem racial é tão definitiva no País que programas de transferência de renda destinados a eliminar a extrema pobreza só poderiam fazê-lo ao beneficiar os negros, mesmo sem adotarem políticas afirmativas de raça. Na quinta-feira 19, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, divulgou um trabalho de decomposição dos beneficiários do Brasil Sem Miséria, que inclui o Bolsa Família, o Brasil Carinhoso e o Pronatec, entre outros. Cerca de três quartos dos beneficiados, mostra o levantamento, são negros.

No início do Brasil Sem Miséria, em 2011, criado para alcançar a parcela da população apta a receber benefícios mas ainda não registrada no Cadastro Único, o ministério almejava incluir cerca de 16 milhões de brasileiros em situação de extrema pobreza. Segundo o IBGE, 71% eram pretos ou pardos à época. Natural, portanto, a pesquisa de 2013 revelar que os maiores beneficiados pelas políticas de transferência de renda têm a pele escura. De acordo com os dados divulgados por Tereza Campello, 73% dos cadastrados no Bolsa Família são pretos ou pardos autodeclarados. Em relação a outros benefícios, a proporção é ainda maior.

Segundo a ministra, os dados são consequência da desigualdade racial no Brasil. "Embora não exerçamos uma política afirmativa de convocar os negros, eles acabam mais favorecidos por serem os mais vulneráveis", comenta. "Estamos em uma luta aberta contra a discriminação dos pobres. Assim como alguns chamavam os escravos no Brasil de preguiçosos, muitos falam o mesmo de quem recebe benefícios do governo. Ao lutar contra o preconceito em relação aos pobres, construímos uma trajetória de cidadania para a população mais necessitada, de maioria negra."

CONT.



Embora o Bolsa Família não se pautar por uma política de afirmação racial, há outros fatores que estimulam um número maior de negros atendidos. O estudo Vozes da Nova Classe Média, realizado pelo Ipea neste ano, indicou que, ao declarar-se preto, as chances de um candidato obter o benefício aumentam em 10%. Segundo a ministra, trata-se quase de um “preconceito invertido”. “Quando alguém vai fazer seu cadastro no Bolsa Família, a rede de assistência social tenta aferir o máximo possível de informações sobre a renda de um candidato. Se uma pessoa toda produzida, loira e de olho azul for pedir o benefício, a chance de levantar suspeição é maior. É mais crível quando um negro pede o benefício, pois quem analisa realmente acredita no grau de vulnerabilidade.”

Um dado bastante comemorado pelo ministério é a parcela de 65% de negros entre os matriculados no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. O fim da exigência de nível médio para alguns cursos profissionalizantes, ressalta a ministra, e uma melhora na divulgação foram responsáveis pelo alto número de negros contemplados. “Boa parte das vagas era ofertada no Sebrae, Senai e Sesc, que chegavam mais no trabalhador formal. Agora oferecemos os cursos do Pronatec nos centros de referência de assistência social, localizados em geral em bairros e vilas populares.”

Quanto mais específico é o programa social, maior o número de negros beneficiados. Em relação ao Brasil Carinhoso, que atende famílias com filhos de até 15 anos de idade, a proporção de pretos ou pardos chega a 77%. O número pode ser explicado pela taxa de fecundidade. Segundo um estudo do Ipea de 2011, enquanto entre os negros a média de filhos por mulher é de 2,1, na população branca é de 1,6.

Nos programas direcionados à população rural, a proporção de negros atendidos é ainda mais alta, consequência de sua maior concentração no campo. Nas cidades, 48% da população é negra, e no meio rural, 61%. Os programas Água para Todos e o Fomento às Atividades Produtivas têm entre seus beneficiados quase 80% de negros. No caso do Bolsa Verde, que complementa a renda de quem adota práticas sustentáveis, chega a 92%.

A iniciativa de estender o Bolsa Família às comunidades quilombolas é o que mais se aproxima de uma política afirmativa no Brasil Sem Miséria. Segundo o ministério, há 2.197 comunidades quilombolas reconhecidas, com uma população estimada de 1,17 milhão de indivíduos.

Símbolo da resistência contra as senzalas, os quilombos perderam sua condição original de esconderijos de escravos fugidos do cativeiro. Mas a miséria e o alto nível de desnutrição infantil expõem os efeitos duradouros da escravidão. Por causa da distância e do isolamento, o governo tem desenvolvido formas alternativas de atuação. “Nas versões antigas do Cadastro Único, não eram feitas perguntas sobre públicos diferenciados. Agora conseguimos beneficiar ciganos e quilombolas mesmo sem endereço fixo”, diz Tereza Campello. Hoje são 261,5 mil quilombolas autodeclarados inscritos no Bolsa Família.

Vladimir Platonow/ABr



A tres passos da guerra civil

SÍTIO BRASIL ACIMA DE TUDO, 07.01.2014

Por Cel. Gelio Fregapani

Os rumos que seguimos apontam para a probabilidade de guerra intestina. Falta ainda homologar no Congresso e unir as várias reservas indígenas em uma gigantesca, e declarar sua independência. Isto não poderemos tolerar. Ou se corrige a situação agora ou nos preparemos para a guerra.

Quase tão problemática quanto a questão indígena é a quilombola. Talvez desejem começar uma revolução comunista com uma guerra racial.

O MST se desloca como um exército de ocupação. As invasões do MST são toleradas, e a lei não aplicada. Os produtores rurais, desesperançados de obter justiça, terminarão por reagir.

Talvez seja isto que o MST deseja: a convulsão social. Este conflito parece inevitável. O ambientalismo, o indianismo, o movimento quilombola, o MST, o MAB e outros similares criaram tal antagonismo com a sociedade nacional, que será preciso muita habilidade e firmeza para evitar que degenere em conflitos sangrentos.

[...]

A crise econômica e a escassez de recursos naturais poderão conduzir as grandes potências a tomá-los a manu militari, mas ainda mais provável e até mais perigosa pode ser a ameaça de convulsão interna provocada por três componentes básicos

- a divisão do povo brasileiro em etnias hostis;
- os conflitos potenciais entre produtores agrícolas e os movimentos dito sociais;
- e as irreconciliáveis divergências entre ambientalistas e desenvolvimentistas.

[...]

A ameaça de conflitos étnicos, a mais perigosa pelo caráter separatista

A multiplicação das reservas indígenas, exatamente sobre as maiores jazidas minerais, usa o pretexto de conservar uma cultura neolítica (que nem existe mais), mas visa mesmo a criação de "uma grande nação" indígena. Agora mesmo assistimos, sobre as brasas ainda fumegantes da Raposa-serra do Sol, o anúncio da criação da reserva Anaro, que unirá a Raposa/São Marcos à Ianomâmi. Posteriormente a Marabitanas unirá a Ianomâmi à Balaio/Cabeça do Cachorro, englobando toda a fronteira Norte da Amazônia Ocidental e suas riquíssimas serras preches das mais preciosas jazidas.

CONT.



O problema é mais profundo do que parece; não é apenas a ambição estrangeira. Está também em curso um projeto de porte continental sonhado pela utopia neomissionária tribalista. O trabalho de demolição dos atuais Estado-nações visa a construção, em seu lugar, da Nuestra América, ou Abya Yala, idealizado provavelmente pelos grandes grupos financeiros com sede em Londres, que não se acanha de utilizar quer os sentimentos religiosos quer a sede de justiça social das massas para conservar e ampliar seus domínios.

[...]

Falta ainda homologar no congresso e unir as várias reservas em uma gigantesca e declarar a independência, e isto não poderemos tolerar. Ou se corrige a situação agora ou nos preparemos para a guerra.

O perigo não é o único, mas é bastante real. Pode, por si só, criar ocasião propícia ao desencadeamento de intervenções militares pelas potências carentes dos recursos naturais — petróleo e minérios, quando o Brasil reagir.

Quase tão problemática quanto a questão indígena é a quilombola

[...]

Tem gente se armando, tem gente se preparando para uma guerra. Temos de abrir o olho também para esse processo, que conduz ao ódio racial. Normalmente esquerdistas, talvez desejem começar uma revolução comunista com uma guerra racial.

Certamente isto vai gerar conflitos, mas até agora o movimento quilombola não deu sinal de separatismo.

Os Conflitos Rurais — talvez os primeiros a eclodir.

O MST se desloca como um exército de ocupação, mobilizando uma grande massa de miseráveis (com muitos oportunistas), dirigidos por uma liderança em parte clandestina. As invasões do MST são toleradas e a lei não aplicada. Mesmo ciente da pretensão do MST de criar uma “zona livre”, uma “república do MST” na região do Pontal do Paranapanema, o Governo só contemporiza; finge não perceber que o MST não quer receber terras, quer invadi-las e tende a realizar ações cada vez mais audaciosas.

É claro que os produtores rurais, desesperançados de obter justiça, terminarão por reagir. Talvez seja isto que o MST deseja; a convulsão social, contando, talvez, com o apoio de setores governamentais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Segundo Pedro Stédile: “O interior do Brasil pode transformar-se em uma Colômbia. A situação sairá de controle, haverá convulsões sociais e a sociedade se desintegrará.”

Este conflito parece inevitável. Provavelmente ocorrerá num próximo governo, mas se ficar evidente a derrota do PT antes das eleições, é provável que o MST desencadeie suas operações antes mesmo da nova posse.

CONT.



[...]

A três passos da guerra civil

O ambientalismo, o indianismo, o movimento quilombola, o MST, o MAB e outros similares criaram tal antagonismo com a sociedade nacional, que será preciso muita habilidade e firmeza para evitar que degenerem em conflitos sangrentos.

[...]

Uma vez iniciado um conflito, tudo indica que se expandirá como um rastilho de pólvora. Este quadro, preocupante já por si, fica agravado pela quase certeza de que, na atual conjuntura da crise mundial o nosso País sofrerá pressões para ceder suas riquezas naturais — petróleo, minérios e até terras cultiváveis — e estando dividido sabemos o que acontecerá, mais ainda quando uma das facções se coloca ao lado dos adversários como já demonstrou o MST no caso de Itaipu.

Bem, ainda temos Forças Armadas, mas segundo as últimas notícias, o Exército (que é o mais importante na defesa interna) terá seu efetivo reduzido. Será proposital?

Que Deus guarde a todos vocês.

Ribeirinhos protestam em SE contra a degradação do Rio São Francisco

SÍTIO SIMÃODIENSE, 07.01.2014

Revitalização é a solução encontrada por manifestantes. Pescadores reclamam da baixa produção no rio.



A tradicional festa do Bom Jesus dos Navegantes no município de Neópolis neste final de semana foi marcada também por uma manifestação de ribeirinhos contra a degradação do Rio São Francisco, em Sergipe. Entre as reivindicações está a liberação de mais água da hidrelétrica para o Baixo São Francisco, revitalizando assim, a força do rio. A manifestação foi organizada através de uma rede social.

Para o servidor público Matias Gonzaga, a revitalização é a solução. "Seria uma cheia programada, uma revitalização tanto nas margens do lado de Sergipe quanto do lado de Alagoas", observa.

De acordo com o organizador da manifestação Gamal Alves, as alternativas encontradas até o momento não solucionaram o problema. "A transposição teve início, mas não foi finalizada. Nós estamos precisando é da revitalização", enfatiza.

Outra preocupação dos manifestantes são os bancos de areia no meio do rio formados quando a maré está baixa. "Antes eram 20 minutos para atravessar, hoje chego a ficar mais de 3 horas sem sair do lugar", afirma a professora Sally Magnes.

De acordo com os ribeirinhos, o rio perdeu as forças e os peixes são raros. "Antes pegar 50 kg de peixe era uma brincadeira. Hoje a gente pega 3 kg e quando pega", comenta o presidente da colônia de moradores Cícero Medeiros.

Justiça do Amapá divulga calendário de Jornadas Itinerantes

SÍTIO BRASIL 247, 07.01.2014

De acordo com o cronograma de trabalho da Coordenação da Jornada Itinerante, para o ano de 2014, estão previstas seis jornadas fluviais e sete terrestres. Durante as Jornadas Itinerantes serão realizados atendimentos pelas Varas de Família, Cível, Criminal e Juizado da Infância e da Juventude



TJAP - As ações fluviais serão realizadas no Arquipélago do Bailique. Já as jornadas terrestres serão concentradas nas localidades de Santa Luzia do Pacuí, Igarapé do Lago e São Joaquim do Pacuí.

Os ribeirinhos também terão acesso à emissão e recebimento de documentos como carteiras de identidade, título de eleitor, além de atendimentos por parte do Ministério Público, Caesa, Defensoria Pública, Tribunal Regional Eleitoral e Instituto do Meio Ambiente e Reordenamento Territorial e Secretaria de Educação do Estado, por meio do projeto Mala Mágica.

A Jornada Itinerante é um dos mais importantes e democráticos serviços prestados pelo Judiciário à população amapaense. Um trabalho que tem atraído a atenção da mídia nacional e internacional. Grandes veículos de comunicação do Brasil, da Europa e dos Estados Unidos já publicaram matéria sobre essa forma rápida, eficiente e acessível de distribuir Justiça

“Uma expedição como essa tem como meta principal prestar jurisdição as pessoas que moram em locais de difícil acesso”, ressaltou o Desembargador-Presidente, Luiz Carlos Gomes dos Santos.

O “carro chefe” da Jornada Itinerante Fluvial é a embarcação denominada de Tribuna: A Justiça vem a Bordo. O barco foi inaugurado no dia 08 de dezembro de 2002. É nessa embarcação que a Justiça segue singrando o gigantesco rio Amazonas e seus afluentes, atendendo as populações ribeirinhas do Estado do Amapá. Antes esse serviço no Judiciário amapaense era

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

prestado com a utilização de embarcações cedidas ou locadas.

Confira o calendário de atendimento

JORNADA ITINERANTE FLUVIAL

108ª Jornada Fluvial- Arquipélago do Bailique- 15 a 22/02

109ª Jornada Fluvial- Arquipélago do Bailique- 05 a 12/04

110ª Jornada Fluvial- Arquipélago do Bailique- 07 a 14/06

111ª Jornada Fluvial- Arquipélago do Bailique- 23 a 30/08

112ª Jornada Fluvial- Arquipélago do Bailique- 18 a 25/10

113ª Jornada Fluvial- Arquipélago do Bailique- 29/11 a 06/12

JORNADA ITINERANTE TERRESTRE

14/03- Santa Luzia do Pacuí

21/03- São Joaquim do Pacuí

23/05- Santa Luzia do Pacuí

30/05- Distrito do Maruanum

12/09- Santa Luzia do Pacuí

19/09- São Joaquim do Pacuí

07/11- Santa Luzia do Pacuí

Defesa Civil aguarda madeira beneficiada para atender ribeirinho

SÍTIO O ESTADO DO TAPAJÓS, 07.01.2014



Santarém em Conexão Região de várzea é a que mais sofre com a subida das águas.

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Comdec) aguarda o beneficiamento da madeira em tora doada pelo Ibama ao município de Santarém para atender as comunidades ribeirinhas que tiveram problemas com alagamento de suas casas na enchente de 2013.

A expectativa é de que até o final deste mês, a madeira já serrada seja encaminhada às comunidades, para que as famílias possam levantar os assoalhos das casas.

De acordo com Darlison Maia, titular da Comdec, ao longo do ano passado, a defesa Civil Municipal fez o diagnóstico das áreas

alagáveis do município e das consideradas mais críticas, e encaminhou aos órgãos competentes para adoção de medidas preventivas.

“O crescente volume de água nos rios da nossa região preocupa, até porque o Rio Tapajós já está 0,62cm acima do nível atingido nessa mesma época do ano em 2009, quando Santarém registrou a maior enchente, inclusive com lojas do centro comercial sendo alagadas. Nós esperamos que o nível do rio se estabilize para que não tenhamos uma cheia maior que a de 2009”, declarou Darlison Maia.

Até o final desta semana, uma reunião entre órgãos da administração municipal, PAC Social, além da Defesa Civil Estadual, deve acontecer para traçar o plano de ação para a enchente de 2014.

“É preciso definir os papéis para que na hora da necessidade, cada um saiba exatamente o que fazer tanto na zona urbana, quanto nas comunidades rurais do município de Santarém no período de enchente. Além de socorro e levantamento da situação no local, a Defesa Civil Municipal não tem muito fazer porque não é um órgão ordenador de despesas. Além disso, a maior parte das demandas no período das chuvas é na área de infraestrutura”, ressaltou o titular da Comdec, Darlison Maia.

Fátima do Urucurituba

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

As 37 famílias cadastradas pela Comdec em Fátima do Urucurituba, região afetada pelo fenômeno das terras caídas, continuam residindo naquela comunidade.

Os cadastros foram repassados pela Comdec à superintendência regional do Incra que ficou responsável pelo assentamento das famílias na comunidade Santa Maria, região do Eixo Forte, mas até agora, nenhuma foi assentada.

A cada ano, Fátima do Urucurituba fica com seu território menor em função das terras caídas. Há, inclusive, indicação do Serviço Geológico Brasileiro de que em poucos anos a comunidade vai desaparecer.

"Encontrada caixa de remédio que estava com um dos três desaparecidos no Sul do AM"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 07.01.2014



Policiais federais fazem uma série de buscas, dentro da reserva Tenharim Marmelo, Foto: Avener Prado

Por Yndira Assayag, em Em Tempo

Com novos achados, avançam as investigações sobre os três homens desaparecidos no sul do Amazonas desde o dia 16 de dezembro, em uma área da reserva indígena Tenharim-Marmelos, na BR-230 (Transamazônica). Na manhã desta segunda-feira (6), durante entrevista à rádio Tiradentes, o prefeito de Humaitá, José Cidinei Lobo do Nascimento (PMDB), informou que anteontem (5) homens da força-tarefa que atua no caso levaram, para o devido reconhecimento de familiares, uma caixa de medicamentos que estava na bolsa de Luciano Ferreira Freire.

O material foi achado na área onde também foram localizados, na noite de sexta-feira (3), destroços de um veículo que pode ser o mesmo em que viajavam Luciano e os dois outros desaparecidos, Steff Pinheiro de Souza e Aldeney Ribeiro Salvador. A informação foi confirmada pela esposa de Luciano, Adriana Santos, que mora em Humaitá. "A caixa de remédio, na verdade, pertence ao nosso filho", contou ela ao EM TEMPO.

Ontem, o delegado da Polícia Federal responsável pelas investigações do caso, Alexandre Alves, já havia confirmado haver pistas, mas se limitou a dizer que as buscas continuam na

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 01/ 2014

Brasília, 07 de janeiro de 2014.

área em que os três foram avistados pela última vez. Entre as peças já encontradas nas buscas estão um farol e parte de um chassi de um carro da marca Volkswagen, além de garrafas pets com digitais e um facão.

Além da Polícia Federal, a operação conta com o apoio da Força Nacional de Segurança e do Exército. Em Humaitá (a 590 quilômetros de Manaus), mais de 200 homens da Polícia Militar do Estado trabalham na preservação da ordem.

Sem atenção

Segundo 'Dedei Lobo', como é conhecido o prefeito de Humaitá, até o momento o município não recebeu do governo federal nenhuma ajuda no tocante à situação dos índios que habitam a região.

Desde que o prédio e veículos da Fundação Nacional do Índio (Funai) foram incendiados, dia 25 de dezembro, durante protesto da população devido à falta de informação, os indígenas ficaram sem atendimento e assistência à saúde.

"Nossa equipe de saúde está tentando falar com o pessoal da Funai, mas não estamos tendo retorno", comentou, temendo que a 'conta' de tudo isso sobre para a prefeitura.

"Se o governo não fizer a parte dele, com certeza vai sobrar para a prefeitura e para as pessoas do município que, em última análise, são quem paga a conta sem perceber".